

2º Período

Introdução aos Estudos da Linguagem

*Adriana Kuerten Dellagnelo
Mary Elizabeth Cerutti Rizzatti*

Florianópolis, 2011.

Governo Federal

Presidente da República: Dilma Vana Rousseff
Ministro de Educação: Fernando Haddad
Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC)
Universidade Aberta do Brasil (UAB)

Universidade Federal de Santa Catarina

Reitor: Alvaro Toubes Prata
Vice-reitor: Carlos Alberto Justo da Silva
Secretário de Educação a Distância: Cícero Ricardo França Barboza
Pró-reitora de Ensino de Graduação: Yara Maria Rauh Müller
Pró-reitora de Pesquisa e Extensão: Débora Peres Menezes
Pró-reitora de Pós-Graduação: Maria Lúcia de Barros Camargo
Pró-reitor de Desenvolvimento Humano e Social: Luiz Henrique
Vieira Silva
Pró-reitor de Infraestrutura: João Batista Furtuoso
Pró-reitor de Assuntos Estudantis: Cláudio José Amante
Diretor do Centro de Comunicação e Expressão: Felício Wessling Margotti
Diretor do Centro de Ciências da Educação: Wilson Schmidt

Curso de Licenciatura em Letras-Espanhol na Modalidade a Distância

Diretor Unidade de Ensino: Felício Wessling Margotti
Chefe do Departamento: Silvana de Gaspari
Coordenadoras de Curso: Maria José Damiani Costa
Vera Regina de Aquino Vieira
Coordenadora de Tutoria: Raquel Carolina Souza Ferraz D'Ely
Coordenação Pedagógica: LANTEC/CED
Coordenação de Ambiente Virtual: Hiperlab/CCE

Projeto Gráfico

Coordenação: Luiz Salomão Ribas Gomez
Equipe: Gabriela Medved Vieira
Pricila Cristina da Silva

Equipe Coordenação Pedagógica Licenciaturas a Distância EaD/CED/UFSC

Laboratório de Novas Tecnologias - LANTEC/CED

Coordenação Geral: Andrea Lapa

Coordenação Pedagógica: Roseli Zen Cerny

Material Impresso

Coordenação: Thiago Rocha Oliveira

Diagramação: Lissa Capeleto, Paula Reverbel, Guilherme André Carrion,
Flaviza Righeto, Laura Martins Rodrigues.

Ilustrações: Lissa Capeleto, Lucas Neumann, Felipe Oliveira Gall, Robson
Felipe Parucci dos Santos, Bruno Nucci

Revisão gramatical: Rafael Camorlinga Alcaraz

Design Instrucional

Coordenação: Isabella Benfica Barbosa

Designer Instrucional: Felipe Vieira Pacheco

Equipe de Reedição

Coordenação: Ane Girondi

Diagramação: Letícia Beatriz Folster, Grasielle Fernandes Hoffmann

Supervisão do AVEA: Máira Tonelli Santos

Design Instrucional: Paula Balbis Garcia, Luiziane da Silva Rosa

Ilustração: Aurino Neto

*Copyright@2011, Universidade Federal de Santa Catarina
Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida
e gravada sem a prévia autorização, por escrito, da Universidade
Federal de Santa Catarina.*

Ficha catalográfica

D3807

Dellagnelo, Adriana de C. Kuerten

Introdução aos estudos da linguagem / Adriana de C. Kuerten

Dellagnelo, Mary Elizabeth Cerutti Rizzatti .— Florianópolis:

LLE/CCE/UFSC, 2008.

60p. : 28cm

ISBN 85-48963.3645-8

1. Língua. 2. Linguagem. I. Rizzatti, Mary Elizabeth Cerutti. II. Título.

CDD 410.3

Elaborado por Rodrigo de Sales, supervisionado pelo setor técnico da Biblioteca
Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina

Sumário

Unidade A 9

1 Complexidade Conceitual, Diferentes Concepções Teóricas e Características Distintivas da Língua(gem) Humana..... 11

- 1.1 Conceitos de língua(gem) e as vertentes formalista e sociologista12

2 Características da língua(gem) humana27

- Considerações finais da Unidade31

Bibliografia Comentada32

Unidade B..... 33

1 Variação Linguística35

- 1.1. Descrição e prescrição: a Gramática Normativa/ Tradicional e a Linguística como ciência35
- 1.3. Norma padrão: em que consiste e por que se impõe46
- 1.4. Preconceito linguístico: reações contra os falantes, não contra os falares49
- 1.5. Os fenômenos da identificação e da distinção linguísticas52
- 1.6. A diversidade linguística na escola: bivariacionismo e proficiência em leitura e escrita54
- Considerações finais da Unidade60

Bibliografia comentada61

Unidade C.....	63
1 Uma Discussão Introdutória	65
1.1 Considerações gerais sobre o estruturalismo, o gerativismo e o funcionalismo	70
Considerações finais da Unidade	77
Bibliografia comentada	78
Considerações Finais.....	79
Referências	80

Apresentação

Caro (a) aluno (a):

Iniciamos, com você, o estudo desta disciplina chamada **Introdução aos Estudos da Linguagem**, cujo objetivo geral é conceituar língua e linguagem, caracterizando a linguagem humana e identificando sua complexidade como objeto de estudo. A disciplina visa, ainda, distinguir prescrição e descrição no âmbito da gramática normativa e da linguística como ciência, relacionando língua e sociedade de modo a focalizar conceitos de norma culta e variação linguística. Objetiva, finalmente, distinguir níveis da análise, escolas do pensamento e disciplinas dos estudos linguísticos. O conteúdo está estruturado a fim de oferecer a você, por meio do material escrito, uma visão teórica de cada um dos itens da ementa.

Na **Unidade A**, definimos *língua(gem)* no âmbito dos estudos descritivos da Linguística como ciência, particularizando a linguagem humana em relação à linguagem dos animais e reconhecendo duas grandes vertentes sob as quais o estudo da linguagem é historicamente concebido: o *formalismo* e o *sociologismo*. Na **Unidade B**, distinguimos *descrição* e *prescrição* em nosso campo de estudos, explicando os fenômenos da *variação* e do *preconceito linguísticos* e definindo *norma padrão* com vistas a relacionar esses conceitos com a realidade escolar contemporânea. Finalmente, na **Unidade C**, identificamos *escolas*, *níveis* e *disciplinas* dos estudos linguísticos, reconhecendo conceitos fundantes em cada qual deles.

Adriana Kuerten Dellagnelo

Mary Elizabeth Cerutti Rizzatti

Unidade A

Língua(gem) e Linguística

*A palavra está presente em
todos os atos de
compreensão e em
todos os atos de interpretação.*

(BAKHTIN, 2002 [1929], p. 38)

1 Complexidade Conceitual, Diferentes Concepções Teóricas e Características Distintivas da *Língua(gem)* Humana

Ao final desta unidade, você deve ser capaz de definir língua(gem) no âmbito dos estudos descritivos da Linguística como ciência, distinguindo a linguagem humana da linguagem dos animais e reconhecendo duas grandes vertentes sob as quais o estudo da linguagem é historicamente concebido: o formalismo e o sociologismo.

Ao começar um Curso de Letras, quer na modalidade a distância ou presencial, é fundamental que entendamos o conceito de *linguagem* no âmbito dessa área de estudo, isso porque a *linguagem* tem lugar privilegiado em um Curso como este, que se constitui exatamente sobre o trato dessa questão. O que é, porém, *linguagem*? *Linguagem* é sinônimo de *língua*? O que distingue a linguagem humana da linguagem de outras espécies? Como recortar o fenômeno da *linguagem* para estudá-lo em suas particularidades? O que o ato de *recortar* implica?

Discutiremos questões relacionadas com esses tópicos, ao longo deste capítulo, registrando o nosso olhar acerca dos fenômenos linguísticos focalizados e convidando você a dialogar conosco na construção / apropriação de novos conhecimentos sobre o tema. Começemos, pois, com o conceito de *linguagem*, atentando para o fato de que definir *linguagem*, em um Curso como o nosso, exige um pouco mais de cuidado que o fazer em outras áreas que não tenham esse mesmo objeto de estudo, daí por que você verá a escrita ambivalente *língua(gem)*. Vamos lá?

1.1 Conceitos de *língua(gem)* e as vertentes *formalista* e *sociologista*

Como referimos anteriormente, o conceito de *língua(gem)*, em um curso de Letras, é de fundamental importância. Entre outras implicações, isso requer, a nosso ver, que você seja capaz de conceituar *língua(gem)* sob dois diferentes pontos de vista teóricos: a visão formalista e a visão sociologista, foco de nossa discussão aqui.

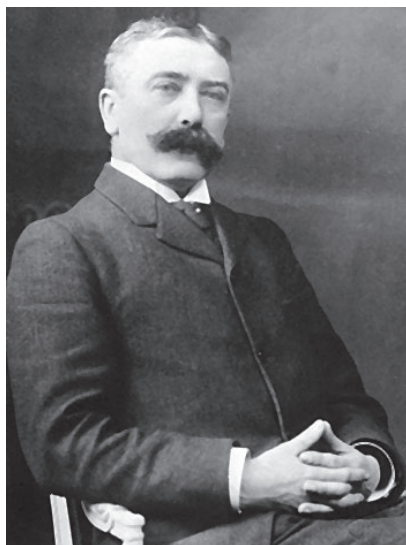
Historicamente, *linguagem* tem sido conceituada sob perspectivas distintas, ora com ênfase na estrutura das línguas, ora com ênfase na comunicação, ora com ênfase na interação social, ora com ênfase na condição de instrumento psicológico para a construção de conceitos, entre outras possibilidades de enfoque. Procuraremos, aqui, mostrar a você que existe uma definição de *linguagem* a partir da qual a Linguística se constituiu como ciência no início do século XX. Mas o que é *Linguística*? Antes de refletirmos sobre o conceito de *linguagem* que nos interessa para os fins deste Curso, vale conhecermos, ainda que brevemente, o que é a ciência *Linguística*.

1.1.1 Linguística: definição e objeto de estudo

Desde há muito, os homens estudam a linguagem. No século XVII, por exemplo, faziam isso com a preocupação de encontrar a chamada *língua* ideal, precisa e perfeita para a interação entre os homens – aquela época foi chamada época do estudo das *gramáticas gerais*. Mais tarde, no século XIX, os estudos da linguagem objetivavam comparar as línguas entre si, buscando a língua que havia originado as demais, o que remeteu às chamadas línguas indo-europeias. Tal época ficou conhecida como época das *gramáticas comparadas*. Naquele tempo, não existia oficialmente uma ciência que se ocupasse do estudo da linguagem verbal – a linguagem falada e escrita.

No século XIX, os estudiosos de línguas, comparando diferentes gramáticas de diferentes línguas, descobriram a semelhança entre a maior parte das línguas europeias e o sânscrito. Língua clássica da Índia antiga, o sânscrito influenciou grande parte dos idiomas ocidentais. Esse conjunto de línguas foi chamado *línguas indo-europeias*. Assim, o indo-europeu seria a *língua-mãe*, a língua de origem de todas as línguas estudadas. O indo-europeu, é preciso que esclareçamos, é uma reconstrução histórica, um conceito, não uma língua descoberta a partir de documentos específicos (ORLANDI, 1986).

Essa lacuna começou a ser preenchida no final do século XIX e início do século XX, época em que viveu Ferdinand de Saussure, um estudioso europeu cujo trabalho serviu de embrião para a constituição de uma ciência que se ocupasse da *língua(gem)* verbal. Saussure morreu no ano de 1913, mas deixou seguidores que, no ano de 1916, publicaram a obra *Curso de Linguística Geral*, registrando, como autor, o próprio Saussure, porque tal obra continha as ideias desse grande estudioso. Nesse livro estão os conceitos fundadores da Linguística como ciência, o que se deu porque Saussure delimitou o objeto dessa ciência – a *língua* – e o seu método – a abordagem sistêmica da *língua*. Você entenderá isso melhor na continuidade da leitura.



Ferdinand de Saussure (1857 - 1913)

Mas e o que é Linguística? Orlandi (1986, p. 9) busca responder a essa pergunta escrevendo: “A Linguística definiu-se, com bastante sucesso entre as Ciências Humanas, como o estudo científico que visa descrever ou explicar a linguagem verbal humana”. É importante que observemos os verbos *descrever* e *explicar* porque, mais adiante, refletiremos sobre importantes diferenças entre *descrever* e *prescrever*, ocasião em que focalizaremos o campo da *Gramática Tradicional*. De todo modo, vale estarmos cientes, desde aqui, que o foco de nosso estudo é a *língua(gem)* verbal humana.

Uma ciência só pode constituir-se a partir da definição de um objeto de estudo e de um método de estudo desse mesmo objeto. Para estabelecer tal objeto, Saussure partiu da distinção entre *linguagem*, *língua* e *fala* e fez emergir este objeto de estudo da Linguística: **a língua**. Em que consiste essa distinção? Vamos a ela, tendo por base a obra *Curso de Linguística Geral* (CLG), um dos mais importantes livros na nossa área de estudo.

Para Saussure, a *linguagem* caracteriza-se como sendo **a faculdade humana que permite ao indivíduo a comunicação verbal**, enquanto a *língua* é **a convenção social, adotada pelos indivíduos, que permite o exercício dessa faculdade**. *Língua*, para Saussure, não se confunde com *linguagem*, “[...] é somente uma parte determinada e essencial dela.” (CLG, p. 17). Daí por que temos usado a forma *língua(gem)* para discutir com você as questões que ocupam esse livro; isso se justifica já que ora estamos nos referindo à faculdade humana para adquirir uma língua (*linguagem*), ora estamos nos referindo à língua histórica em si mesma (português, espanhol, inglês, chinês etc.) e ora estamos tratando de ambas. Então, procure familiarizar-se com a escrita ambivalente *língua(gem)*, está bem? Mas e a fala?

Optamos, aqui, por referir a obra *Curso de Linguística Geral* e não o autor, Saussure, dado o fato de que quem redigiu a obra não foi o próprio Saussure – o livro foi publicado após a sua morte a partir de registros sobre suas aulas feitos por dois de seus admiradores, Bally e Sechehaye.

Para Saussure, segundo o CLG, a **fala é a execução individual da língua**, que, por sua vez, é social, isso porque “[...] a língua não está completa em nenhum (indivíduo), e só na massa ela existe de modo completo” (CLG, p. 21). Aqui, clarifica-se a distinção entre “língua” e “fala”. O CLG registra (p. 22): “Com o separar a língua da fala, separa-se ao mesmo tempo: 1º, o que é social do que é individual; 2º, o que é essencial do que é acessório e mais ou menos acidental”. Esses são conceitos complexos e, pensando em clarificá-los para você, traçamos a síntese a seguir.

Linguagem – Capacidade com que os seres humanos nascem para aprender uma língua. Trata-se de uma faculdade mental, ou seja, envolve atributos biológicos, psíquicos e fisiológicos do cérebro humano e

características do sistema nervoso central da espécie humana, as quais não existem nos animais.

Língua – Como nascemos com essa capacidade mental (*linguagem*), podemos aprender uma *língua*. Cada cultura tem a sua *língua* historicamente constituída; *língua* é um sistema, ou seja, tem vocabulário e regras para formação de palavras e construções de frases. O português, o inglês e o espanhol, por exemplo, são *línguas* distintas, com sistemas distintos.

A *língua* é social, porque é uma espécie de *contrato* que os membros de uma cultura fazem para usá-la como sistema em suas relações sociais. Isso significa que, ao nascer, não podemos escolher nossa *língua* materna – aprendemos a língua falada pelas pessoas que nos rodeiam – tanto quanto não podemos inventar uma *língua* só nossa, isso porque a *língua* é um *contrato* social, uma espécie de acordo tácito estabelecido historicamente pelos membros de uma dada cultura.

Fala – Como nascemos com a faculdade mental da *linguagem*, podemos aprender uma *língua*. Não basta, porém, sermos dotados dessa capacidade mental e termos aprendido as regras da *língua* da cultura em que estamos inseridos se não fizermos uso dessa capacidade e dessas regras. Na *fala*, esse uso acontece, por isso a *fala* é a *realização* da língua. Quando abrimos a boca e falamos, estamos colocando em prática o sistema da *língua* que aprendemos (usamos o vocabulário e as regras de formação de palavras e frases para veicular sentidos), e aprendemos esse sistema – a *língua* – porque nascemos com a capacidade mental da *linguagem*.

Para Saussure, a *fala* é individual, ou seja, o indivíduo, ao falar, *atualiza* a *língua*, sistema social do grupo a que pertence. A *fala*, assim, pode ser entendida como um ato individual de concretização da *língua*.

Importa que saibamos que a *língua*, como convenção social, remete à *representação simbólica* da realidade e, por via de consequência, à discussão de signo, do que nos ocuparemos na seção a seguir.

A *língua* nos permite tratar da realidade na ausência desta; o uso da palavra *casa*, por exemplo, permite tratar de uma realidade específica, conhecida dos falantes, na ausência dessa mesma realidade; podemos falar de nossa *casa*, mesmo estando distantes dela.




1.1.2 Considerações sobre o signo linguístico

O conceito de *signo linguístico* é um dos conceitos mais importantes dos estudos de Saussure publicados no Curso de Linguística Geral, obra já referida aqui. O *signo linguístico*, para Saussure, é a união de um *significante* (forma/imagem acústica) e de um *significado* (conceito). Essa é uma discussão bastante complexa, que tem atraído a atenção de importantes estudiosos como Simon Bouquet (2000) e Túlio de Mauro (2001) entre outros. Vamos, aqui, nos ater a uma visão introdutória acerca dessa questão.

Para isso, tomemos uma das muitas metáforas de Saussure, a metáfora da folha de papel: se você pegar em mãos uma folha de papel, verá que ela tem dois lados – frente e verso. Podemos escrever algo na frente e nada no verso, tanto quanto podemos usar frente e verso com textos ou imagens diferentes. Isso nos sugere que cada qual dos lados da folha é independente do outro, certo? Se, no entanto, rasgarmos essa folha de papel, estaremos diante da impossibilidade de rasgarmos apenas uma das faces da folha – necessariamente rasgaremos ambas, o que nos sugere que essa independência entre os lados parece não ser tão efetiva assim, não é mesmo? Assim, poderíamos inferir que os dois lados são *independentes*, mas *indissociáveis*.

No capítulo 3, aludiremos à Fonética e à Fonologia, ocasião em que discutiremos os sons que constituem a fala e a forma de representá-los; por ora, representemos os sons da palavra **livro** sem preocupações com formalizações científicas.

Bom, estamos aludindo à folha para teorizar sobre as duas faces do signo linguístico: o *significante* e o *significado*. Uma palavra como *livro*, por exemplo, só existe porque se constitui de uma forma, uma imagem acústica: a soma dos *sons* *l + i + v + r + o* (significante), cujo resultado evoca um conceito, a ideia de *conjunto de folhas impressas ou manuscritas reunidas em um volume* (significado). Essa união se dá em todos os signos de uma língua – sem ela, eles não existem, quer sejam palavras, imagens, símbolos ou sinais. Com relação a isso, observemos o quadro a seguir:

Tipo de signo	Signo propriamente dito	Significante	Significado
Signo verbal	<i>livro</i>	União dos sons <i>l + i + v + r + o</i>	Conjunto de folhas impressas ou manuscritas reunidas em um volume.
Ícone (Signo que tenta copiar o real.)		A imagem fotográfica do cachorro.	Animal mamífero, quadrúpede, domesticado etc.
Símbolo (Signo que evoca convenções universais de conotação filosófica, religiosa, ideológica etc.)		Dois traços cruzados um sobre o outro.	Identificação do Nazismo com todas as suas implicações de sentido.
Sinais (Signos que movem à ação.)		Círculo com bordas e traço diagonal em vermelho, e com flecha convertida à esquerda.	Proibido conversão à esquerda.

Como podemos observar, há diversos tipos de signos, e cada um deles só se constitui a partir da união do *significante* com o *significado*. Para a Linguística, interessam particularmente os signos verbais. Existe uma ciência, a Semiótica, que se ocupa de todos os signos indistintamente, caso você tenha vontade de aprofundar seus estudos nesse campo. Voltemos, agora, a Saussure, embrenhando-nos nos conceitos de *arbitrariedade*, *linearidade* e *(i)mutabilidade* do signo linguístico.

Priorizemos, aqui, o signo verbal falado. Em uma próxima disciplina, você estudará particularidades da escrita.

A compreensão clássica do conceito de *arbitrariedade* do signo diz respeito à ausência de uma relação *natural, necessária* entre o signo e a realidade por ele representada. Na palavra *livro*, por exemplo, não teria nenhuma propriedade intrínseca do objeto livro que requeresse obrigatoriamente a união de *l + i + v + r + o* e não de outros componentes, para representar esse objeto; tanto que, em espanhol, na representação desse mesmo conceito, há mudança de um componente: *l + i + b + r + o* e, em inglês, a escolha dos componentes que se unem para representar o mesmo conceito é completamente distinta do português e do espanhol: *b + o + o + k*. Isso seria uma das evidências de que os *signos* são convenções culturais historicamente estabelecidas entre os homens de uma dada comunidade de falantes; nesse caso, de uma dada língua histórica.

Quanto à *linearidade* do signo linguístico, importa saber que “o significante, sendo de natureza auditiva, desenvolve-se no tempo: a) representa uma extensão, e b) essa extensão é mensurável em uma só dimensão: é uma linha” (CLG, p. 84). O conceito de linearidade, assim, associa-se intimamente à perspectiva temporal e espacial. Estamos querendo *dizer* a você que o signo linguístico dá-se em uma **cadeia de tempo** – a palavra *livro*, por exemplo, só pode ser pronunciada se colocarmos um som após o outro na sucessão temporal da fala – ou em uma **cadeia de espaço** – escrever a palavra *livro* exige que, no espaço do papel, coloquemos uma *letra* após a outra.

Durante o curso, discutiremos convergências e distinções entre os conceitos de letra e grafema. Por ora, simplifiquemos a discussão tratando apenas de letras.

Por fim, um estudo, ainda que introdutório, do *signo linguístico* a partir de Saussure, exige que refiramos o conceito de *mutabilidade* e seu oposto, *imutabilidade*. Em se tratando da imutabilidade, tanto o indivíduo quanto a massa parecem incapazes de modificar o signo linguístico, porque estão “[...] atados à língua tal qual é [...]” (CLG, p. 85). Segundo o CLG, a língua é sempre uma herança de épocas passadas: “[...] de fato, nenhuma sociedade conhece nem conheceu jamais a língua [histórica] de

outro modo que não fosse como um produto herdado de gerações anteriores e que cumpre receber como tal [...]” (CLG, p. 86). Não parece possível modificar repentinamente leis herdadas, assim como parece certo que o fator histórico de transmissão linguística exclui toda transformação geral e repentina. A língua, assim, não é livre, porque deriva das forças sociais e é herança de épocas passadas, ou seja, está situada no tempo.

Por outro lado, no que diz respeito à mutabilidade, as línguas se modificam com o passar desse mesmo tempo. Se pensarmos, por exemplo, na palavra *eslaque*, significando calça feminina, vamos perceber que se trata de um vocábulo em franco desuso, possivelmente desconhecido pelas novas gerações; isso a exemplo de outras tantas palavras que sofreram modificação ao longo do tempo, sem mencionar estruturas sintáticas e flexionais como o uso do pronome *vós* acompanhado das formas verbais a ele correlatas, em visível processo de extinção, uso hoje circunscrito a formalidades institucionais. Isso é evidência da *mutabilidade* da língua que, como *organismo vivo*, transforma-se com o tempo, ainda que essa transformação, como referimos no parágrafo anterior, seja lenta e dependa da adesão de grande parte dos usuários.

Essas considerações remetem-nos para outra vertente teórica, de base *epistemológica* distinta: estudos de Vygotsky e Bakhtin relacionados ao signo. As concepções de Vygostky (1962/1998; 1956/2000) e Bakhtin (1929/2002) discutem o *signo* sob outra perspectiva, tomando-o em sua dimensão histórica, cultural e social e referindo o fato de a linguagem atender a necessidades das sociedades e das culturas de cada época. Trata-se de outra visão, bem distinta dos estudos de Saussure, mas que merece sua atenção porque se enquadra na vertente sociologista que abordamos neste livro e instaura outra forma de tratar o mesmo fenômeno. Na próxima subseção, estaremos aprofundando as distinções entre esses olhares teóricos diversos. Vamos a ela?

Epistemologia é um ramo da filosofia relativo aos fundamentos relacionados à teoria do conhecimento.

1.1.3 As vertentes *formalista e sociologista*: Saussure e Bakhtin

Tendo, pois, entendido a distinção entre *linguagem*, *língua* e *fala* e sabendo que o objeto de estudo da Linguística é a *língua*, importa que reafiramos o *método* de estudo dessa ciência proposto por Saussure. Para esse estudioso, a Linguística deveria priorizar o estudo da *língua* como *sistema*, ou seja, focalizar sua constituição, sua estrutura. Ao longo do século XX, essa proposição de Saussure ganhou adeptos tanto quanto opositores. Para seus adeptos, importa a abstração dos sistemas linguísticos, o estudo imanente das línguas, ou seja, o estudo das línguas tomadas como abstrações fora de seu contexto de uso; ao passo que, para seus opositores, importa o uso efetivo da língua, o que remete à fala e à escrita contextualizadas.

Assim, como você pode observar, não parece muito simples definir o que seja *linguagem*, afinal, dependendo do *lugar* teórico a partir do qual *língua(gem)* é definida, o enfoque privilegia uma ou outra dimensão: a imanência da *língua*, estudada em sua estrutura e/ou em sua dimensão psíquica – o que chamamos de *vertente formalista* – ou a *língua* em uso, estudada na interação social contextualizada – o que chamamos de *vertente sociologista*, para a qual não parece haver distinções efetivas entre língua e linguagem. Conforme Orlandi (1986):

[...] há, na trama histórica que enreda o pensamento linguístico, duas tendências principais. Uma que se ocupa do percurso psíquico da linguagem, observando a relação entre linguagem e pensamento. Busca o que é único, universal, constante. É chamada de formalismo. Do outro lado, o sociologismo é a tendência que se aplica em estudar o percurso social, explorando a relação entre linguagem e sociedade. Procura o que é múltiplo, diverso, variado. Essa divisão, que atravessa a história da Linguística, opõe os partidários de que existe uma ordem interna, própria da língua, àqueles que defendem a idéia de que essa ordem reflete a relação da língua com a exterioridade, incluindo suas determinações históricas e sociais.

(ORLANDI, 1986, p. 18)

No conjunto de pensadores que se dividem entre essas vertentes, mencionaremos Ferdinand de Saussure e Mikhail Bakhtin. A Ferdinand de Saussure e à obra *Curso de Linguística Geral* (1916/2000), já fizemos alusão aqui, descrevendo-o como *instaurador*, em grande medida, da vertente *formalista* ao longo do século XX. Suas concepções têm sido, no decurso dos séculos XX e XXI, fundamento para teorizações iminentes a respeito da *língua(gem)*, as quais se preocupam com a linguagem como faculdade humana que permite a aquisição de um sistema linguístico – uma língua histórica específica (como o português, o inglês, o espanhol etc.).

Tais teorizações não têm priorizado o estudo da *língua(gem)* em sua dimensão interacional, isto é, como instrumento social, histórico e ideologicamente construído na e para a interação social, preocupação que ocupa aqueles estudiosos que concebem a *língua(gem)* em uma visão sociologista, dentre os quais destacamos Bakhtin, o qual, ao fazer uma crítica a concepções de linguagem de fundamentação formalista (BAKHTIN / VOLOCHINOV, 1929/2002), pode nos oferecer um olhar esclarecedor sobre o que entendemos hoje por *vertente sociologista*.

Mikhail Bakhtin (1895-1975) foi um pensador de fundamentação marxista, nascido na antiga URSS, pensador cujas obras ganharam especial atenção dos estudiosos da linguagem a partir da segunda metade do século XX. Em uma de suas publicações mais referidas – *Marxismo e filosofia da linguagem* (1929/2002) – Bakhtin faz uma dura crítica a concepções de *língua(gem)* de base formalista que concebem a *língua* como *sistema de regras* – conceituação defendida por Saussure. Estudiosos como Saussure teriam denegado a perspectiva social e ideológica da *língua(gem)*, o que nos faz lembrar, por exemplo, o tratamento *acessório* dado à fala nos estudos de Saussure – que, na distinção *linguagem, língua, fala*, aponta a *língua* como objeto de estudo da Linguística. Bakhtin, ao contrário de Saussure, destaca o estudo da *linguagem* em uso – a *fala*



Mikhail Bakhtin

– e defende que a *fala* é social, não individual (como pensa Saussure), porque se dá na interação com o outro, estando ligada às condições de comunicação, as quais, por sua vez, ligam-se a estruturas sociais.

Bakhtin critica, ainda, a concepção de *linguagem* como *atividade mental* cuja fonte é o *psiquismo individual* – a defesa da *linguagem* como *atividade mental* encontra amparo nos estudos de Noam Chomsky, formalista de base racionalista, de renome nos estudos linguísticos. Para Bakhtin, a *língua(gem)* precisa ser concebida como *atividade social*, em que o importante não é o *enunciado*, ou seja, o *produto*, mas a *enunciação*, ou seja, o processo verbal que se constrói no uso da *língua(gem)* na interação com o outro. Para Bakhtin, a *língua(gem)* é um fato social, cuja existência se funda nas necessidades de comunicação (WEEDWOOD, 2002).

Essa concepção remete à priorização do estudo da língua como conjunto de propriedades mentais de que é dotado o sujeito desde que nasce, ou das quais lhe cabe apropriar-se a partir do contato com um idioma, o que relega a segundo plano o enfoque no uso social da língua.

Marxismo e filosofia da linguagem é assinada originalmente por Volochinov, um dos discípulos de Bakhtin, mas há algumas décadas a autoria é atribuída ao próprio Bakhtin. As razões desse fato têm sido bastante discutidas por pesquisadores da área, havendo quem aponte razões de repressão do sistema russo (WEEDWOOD, 2002, por exemplo) e havendo quem questione se, de fato, a autoria não foi de Volochinov (CALVET, 2002, por exemplo).

No entendimento desse estudioso, a *língua(gem)* não reside na mente do usuário (como pensa Chomsky), nem é um sistema tomado em sua abstração (como sugere Saussure), independentemente das condições sociais. “A língua é [sim] um trabalho empreendido conjuntamente pelos falantes, é uma atividade social, é enunciação [...] compreendida como uma réplica do diálogo social [...] a natureza da língua é essencialmente dialógica [...] a enunciação é de natureza social, portanto ideológica” (BAKHTIN, 1929/2002, p. 152-153).

Como podemos ver, Bakhtin concebe *língua(gem)* como atividade social, por isso ideológica, fruto de necessidades sociais, estabelecendo-se no diálogo com o outro. É uma visão de fundamentação social e histórica que define a língua em seu uso – na enunciação –, ou seja, quando se dá a interação entre as pessoas por meio da *língua(gem)*. Fica visível que se trata de uma concepção de *língua(gem)* diferente daquela que tratamos em subseção anterior, já que os formalistas se preocupam em entender *como a língua se constitui internamente, como está estruturada*, enquanto os sociologistas preocupam-se em entender *como a língua*

funciona nas relações sociais. Isso, como podemos perceber, resulta em definições bastante distintas do que seja de fato *língua(gem)*.

Os estudos de Bakhtin o aproximam de um compatriota e contemporâneo seu, Lev Vygotsky, cujo pensamento é também de base marxista. Para Vygotsky, a *língua(gem)* tem dupla função: **intercâmbio social e organização do pensamento**. Por *intercâmbio social* talvez possamos estabelecer uma significativa proximidade com o dialogismo de Bakhtin, afinal, para ambos, a *língua(gem)* é um instrumento simbólico que permite a **interação com o outro**. Vygotsky, porém, concebe a *língua(gem)*, ainda, como *organizadora / generalizadora do pensamento*, aludindo à possibilidade de formação de conceitos que a *língua(gem)* faculta – a linguagem representa o real na ausência do real. Kohl de Oliveira (2001), uma estudiosa do pensamento de Vygotsky, sobre isso, escreve:

A própria idéia de que o homem é capaz de operar mentalmente sobre o mundo – isto é, fazer relações, planejar, comparar, lembrar etc. – supõe um processo de representação mental. Temos conteúdos mentais que tomam o lugar dos objetos, das situações, dos eventos do mundo real. Quando pensamos em um gato, não temos na mente, obviamente, o próprio gato; trabalhamos com uma idéia, um conceito, uma imagem, uma palavra, enfim, algum tipo de representação [...] que substitui o gato real sobre o qual pensamos.

(OLIVEIRA, 2001, p. 35)

Se tomarmos isso sob o olhar da vertente sociologista, entenderemos que as nossas representações de mundo (as quais armazenamos em nossa mente por meio de conceitos que requerem palavras, imagens, sons – diferentes tipos de *língua(gem)*) constroem-se no ambiente social e cultural em que vivemos. Temos uma representação mental de *gato* (como palavra ou imagem) porque vivemos em uma cultura e em uma sociedade em que esses animais existem. Isso significa, no que se refere a essa concepção teórica, que formamos nossas representações mentais a partir de nossa interação com o(s) outro(s) no mundo.



Lev Vygotsky (1896 - 1934)

Ainda que os adeptos da vertente sociologista, na qual pensamos poder incluir Vygotsky, não se ocupem das distinções entre linguagem, língua e fala, como o fazem os formalistas, entendemos ser necessário manter a escrita língua(gem) em nome da coerência de abordagem; ou seja, entendemos ser importante para os estudos da nossa área essa distinção, embora estejamos tratando de teóricos que não comungam ou que não estabelecem correlações com o pensamento de Saussure, o criador da distinção em questão.

As *coisas novas* que conhecemos e às quais atribuímos sentidos são registradas em nosso sistema cognitivo, segundo *Vygotsky*, sob forma de *língua(gem)* verbal ou não-verbal; assim, a *língua(gem)* seria um instrumento psicológico de mediação simbólica, aquilo que nos permite formar conceitos e generalizar esses conceitos para outras situações semelhantes – uma criança pode aprender, pela interação com a mãe, o que é um gato e o que é um cão. Não importa que o tenha aprendido a partir de um gato Siamês e de um cão Dálmata. Conseguirá, sem maiores dificuldades, generalizar os conceitos de *gato* e de *cão* para as demais raças de cada qual deles, distinguindo ambas as espécies a partir da internalização de ambos os conceitos.

Como podemos ver, para essa vertente sociologista, o foco da concepção de *língua(gem)* está na interação social, no dialogismo, na capacidade de construir representações mentais – que se valem do simbolismo da *língua(gem)* – na e a partir da interação social, aludindo a implicações ideológicas, culturais, socioeconômicas, étnicas e de construção de sentidos que a interação social traz consigo.

Com base no exposto até aqui, você deve estar relativamente ciente da complexidade da qual decorre uma definição do que seja *língua(gem)*. Tentemos, porém, chegar a uma síntese de toda essa discussão a fim de que você possa se situar melhor no plano dessa definição. Vamos lá?

1.1.4 Uma tentativa de síntese

O que é, então, *língua(gem)*? Entendemos que a resposta a essa pergunta depende do *lugar* teórico em que nos situemos. Se nos inserirmos em uma visão formalista, responderemos como Saussure, concebendo que *linguagem* é uma faculdade da mente que nos permite adquirir uma língua e que *língua* é um sistema criado pelos homens para o exercício dessa faculdade. Já se nos inscrevermos em uma vertente sociologista, talvez respondamos como Bakhtin, para quem a *língua(gem)* é veículo

de ideologias e se constitui no diálogo com o outro, no momento da interação social, ou ainda, como Vygostky, que define *língua(gem)* como instrumento psicológico de mediação simbólica que permite o intercâmbio social e a organização do pensamento.

Concepções de base formalista e de base sociologista têm dividido os estudiosos da linguagem desde há muito, alimentando a clássica oposição entre formalismo X funcionalismo e registrando aproximações e afastamentos de toda ordem. Esse processo ora provoca polêmicas, ora contribui para o enriquecimento da visão que temos sobre a *língua(gem)*. Nossa intenção, ao fazer esse registro, é situar você, objetivando esclarecer que os fenômenos linguísticos...

... ora estudam a *faculdade da linguagem* (os mecanismos cognitivos e fisiológicos que nos permitem adquirir uma língua e fazer uso dela) e a *estrutura das línguas em particular* (como elas se estruturam em termos de vocabulário, de formação de palavras, de constituição frasal, de organização sonora, de relações entre forma e significado), o que deriva de uma *visão formalista* (inatista ou estruturalista) e relega a segundo plano o estudo da linguagem na interação social...

... ora podem ser focalizados sob o ponto de vista daquilo que os usuários de uma língua **fazem** com essa mesma língua **em sua convivência social e histórica**, o que deriva de uma **visão sociologista**, ancorada no **uso da língua(gem)** na interação com o outro.

Em nosso entendimento, concepções formalistas e sociologistas não se excluem mutuamente, afinal uma língua apresenta uma *forma* (vocabulário, estruturas frasais, sons etc.) sobre a qual se estrutura e implica propriedades mentais para ser adquirida e desenvolvida. Tal estrutura e tais propriedades, porém, só existem para que os usuários *façam algo com a língua*, ou seja, usem-na para interagir com os outros. Priorizar um ou outro olhar depende dos objetivos de quem estuda a questão.

A polêmica maior ou menor entre posturas formalistas e sociologistas parece residir muito mais no embate de perspectivas teóricas distintas que na natureza / funcionamento da própria *língua(gem)*. Importa, enfim, que, ao contatar com diferentes definições de *língua(gem)*, possamos

reconhecer as bases sobre as quais tais definições se constroem, uma vez que, em se tratando de um Curso de Letras, teremos contatos posteriores com diferentes escolas de pensamento (estruturalismo, gerativismo, funcionalismo), disciplinas de estudo (Sociolinguística, Análise do Discurso etc.), e níveis de análise (fonologia, morfologia, sintaxe etc.).

O arcabouço teórico e o enfoque dos estudiosos, nessas escolas, disciplinas e níveis, se estabelecem sobre uma ou outra dessas visões. Assim, se você ainda está reticente em relação a ter de fato entendido em plenitude o conteúdo de nossa discussão até aqui, temos a *dizer* que você deve se tranquilizar, porque voltaremos a esses conceitos ao longo do livro.

2 Características da *língua(gem)* humana

Na seção anterior, discutimos algumas importantes questões que determinam, em grande medida, o que entendemos por *língua(gem)*. Além das duas vertentes já mencionadas, é preciso registrar que o termo *linguagem* presta-se para designar uma série de fenômenos e processos. Esse termo apresenta uma notável flutuação de sentido, atendendo aos usos mais diversos. Ele é comumente empregado para designar fenômenos tão distintos quanto a linguagem dos animais, a linguagem falada, a linguagem escrita, a linguagem das artes e a linguagem dos gestos. Importa, por isso, especificarmos o sentido dessa palavra quando a utilizamos (LOPES, 2000), a fim de que você seja capaz de distinguir *língua(gem)* humana de linguagens animais.

Assim, é preciso que, além de observarmos as perspectivas teóricas com base nas quais definimos *língua(gem)*, tenhamos clareza de que, para os fins deste livro, estamos falando da *língua(gem) verbal humana*. Isso porque, convém lembrarmos, há a linguagem animal e as linguagens não-verbais (imagens, sons, gestos etc.), das quais não nos ocuparemos aqui. Como mencionado anteriormente, existe uma ciência – a Semiótica ou Semiologia – que trata das linguagens verbais e não-verbais, e existe a Zoosemiótica, que se ocupa das linguagens animais. Nós, porém, particularizamos aqui tão-somente a *língua(gem) verbal humana* falada ou escrita, considerando que Saussure estabeleceu como objeto de estudo da Linguística a *língua*.

Para tanto, importa que tratemos das características da *língua(gem)* humana que a distinguem da linguagem dos animais. Nesse sentido, vale reconhecermos que a maioria de nós, em algum momento de nos-

sas vidas, presenciou manifestações exteriores dos animais que nos rodeiam, as quais evidenciam o que pensamos ser *sentimentos e desejos* desses mesmos animais, a exemplo de dor, prazer, raiva, medo, fome, impulso sexual, entre outras manifestações. Caso você tenha um animal de estimação, seguramente deve observar esse tipo de manifestação diariamente, não é verdade?

Tais formas de comportamento, não é difícil constatarmos, são evidenciadas por animais da mesma espécie, ou, às vezes, até mesmo de espécies diferentes – tomemos expressões de raiva ou afeto de cães e gatos, por exemplo; parece haver semelhanças expressivas entre ambas as espécies. Consideremos, também, a linguagem das abelhas e a *fala* dos papagaios, além da linguagem dos golfinhos, entre outras manifestações semelhantes a essas. Nessa discussão, é fundamental que reconheçamos algumas características que distinguem a *língua(gem)* humana da linguagem dos animais. Vamos a elas, mantendo o olhar de Carvalho (1973), paralelamente a enfoques de Lopes (2000), os quais sintetizam algumas características da *língua(gem)* humana inexistentes na linguagem dos animais, características já amplamente discutidas na literatura das Letras.

1. Uma das grandes diferenças entre a *língua(gem)* dos homens e a linguagem dos animais é **o fato de a *língua(gem)* humana ser articulada e componencial**. “Cada um dos textos produzidos em um acto de linguagem verbal é analisável, isto é, suscetível de se fragmentar em segmentos ou parcelas de extensão variável [...]” (CARVALHO, 1973, p. 83). Se tomarmos, por exemplo, o enunciado *A criança joga bola.*, podemos analisar esse enunciado em cada qual das partes que o constituem. Decompondo as palavras *joga* e *bola*, por exemplo, podemos formar outras palavras como *bolo* e *gola*. Já decompondo *João ama Maria.*, podemos formar *Maria ama João*. Com os animais, isso não acontece. A linguagem das abelhas, por exemplo, constitui uma dança em

que cada movimento forma blocos específicos que não podem ser decompostos para formar outros blocos diferentes, de modo criativo e inédito, como acontece com a linguagem humana. Retomemos o exemplo *A criança joga bola*. a fim de tornar visível o caráter (de)componential que aludimos aqui.

A criança							joga bola								
a	criança						joga				bola				
a	c	r	i	a	n	ç	a	j	o	g	a	b	o	l	a

Mantemos, nesse exemplo, o uso de letras/grafemas ao invés do uso da representação fonética, o que seria necessário dado estarmos tratando de língua falada. Essa opção decorre da natureza introdutória de nosso estudo. Em disciplinas posteriores, você conhecerá o alfabeto fonético e aprenderá como fazer essa representação. Fica, porém, a ressalva de que, ainda que estejamos usando letras/grafemas, o exemplo prioriza a língua oral.

2. Uma segunda e importante diferença entre a *língua(gem)* dos homens e a linguagem dos animais é o fato de que as **línguas humanas são produtos culturais**, variando (de modo mais ou menos efetivo) de um povo para outro. Assim, os brasileiros falam português, enquanto os argentinos falam espanhol. Trata-se de culturas distintas com línguas históricas distintas. Com os animais, isso não ocorre. Para eles, a linguagem tem um caráter hereditário, geneticamente condicionado, tendo *herdado* de seus predecessores as manifestações de linguagem de que se valem. Golfinhos de diferentes partes do mundo apresentam linguagem semelhante; abelhas do Oriente ou do Ocidente realizam de modo exatamente igual a dança que constitui sua linguagem, não há diferenças culturais entre abelhas de lugares geográficos distintos. Com os papagaios, há mudanças porque a caracterís-

tica de sua linguagem é a imitação, o que não faz dela produto cultural, já que todos imitam do mesmo modo, com as mesmas restrições, as línguas às quais estão expostos. O homem, por outro lado, adquire/apropria-se a/da língua de seu meio cultural. Tomemos o exemplo de uma criança nascida no Brasil que seja adotada por pais argentinos e, imediatamente após o nascimento, passe a morar na Argentina com familiares daquela nacionalidade e falantes daquele idioma. O fato de ter nascido no Brasil não determina que a língua que/da qual essa criança adquire/se apropria seja o português brasileiro.

3. A **variabilidade das línguas humanas** é outra característica que distingue a *língua(gem)* humana da linguagem dos animais. As línguas históricas usadas pelos homens variam no tempo e no espaço, isso em sentido mais restrito ou mais amplo. O português falado em 1.500, por exemplo, revela-se bastante diferente do português falado hoje, tanto quanto um mesmo enunciado pode apresentar variações de sentido a partir de mudanças de contexto. Tomemos o exemplo do enunciado *Está frio hoje*. Se for proferido em meio a uma tempestade de neve, terá sentido distinto daquele proferido na sala de visitas de um amigo, quando a janela está escancarada e o visitante deseja que o anfitrião a feche. Com os animais, isso não ocorre. As abelhas, por exemplo, dançam do mesmo modo há muito tempo, independentemente de particularidades contextuais visíveis no ato de localizar a fonte de alimento.
4. Uma quarta característica que merece ser referida é o **simbolismo da língua(gem) humana**. Por meio da *língua(gem)*, o homem “[...] é capaz de adaptar e dar forma a toda a realidade. Isso permite-lhe não só aprender e dominar as situações [...], mas rever situações passadas e [...] prever situações futuras.” (CARVALHO, 1973, p. 88). Aos animais é dado tão-somente reproduzir comportamentos históricos da espécie com vistas à manutenção dessa mesma espécie; não podem usar a linguagem para planejar, rever, organizar a sua própria realidade.

Considerando o pensamento de Vygotsky, a quem aludimos anteriormente, poderíamos justificar essas diferenças a partir do entendimento de que os homens são dotados de *processos psicológicos superiores*, inexistentes nos animais. Usar a *língua(gem)* para representar o mundo requer esses mesmos *processos psicológicos*, que implicam capacidade de simbolização, de memória, de atenção seletiva etc. Assim, importa que retomemos a afirmação anteriormente feita: no Curso de Letras, o enfoque de estudo é a *língua(gem)* verbal humana, estudada à luz da ciência Linguística.

Considerações finais da Unidade

Discutimos, nesta Unidade A, a complexidade de que se reveste o ato de definir *língua(gem)* no âmbito dos estudos linguísticos, tanto quanto as implicações que subjazem à caracterização da linguagem humana em relação à linguagem dos animais. Refletimos, também, acerca do *formalismo* e do *sociologismo* como duas grandes vertentes sob as quais o estudo da linguagem é historicamente concebido. Esperamos que tenha sido uma leitura esclarecedora porque ela constitui base para a interação *on-line* que deverá se processar a partir de agora.

Bibliografia Comentada

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). **Introdução à linguística:** fundamentos epistemológicos. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005. v. 3.

Há, nessa obra, importantes capítulos que focalizam questões teóricas discutidas nesta Unidade, registrando considerações acerca do pensamento formalista e do pensamento sociologista. É o terceiro volume de uma interessante coleção introdutória aos estudos da Linguística.

Unidade B

Língua(gem) e Sociedade

*[...] só pelo reconhecimento da realidade
linguística pode-se superar uma
violência constantemente repetida
em nossa sociedade: a de
fazer crer à maioria dos brasileiros
que eles não são capazes de aprender sua própria língua.*

(ZILLES, 1999, p. 2)

1 Variação Linguística

Ao final desta Unidade, você deverá ser capaz de distinguir descrição e prescrição em nosso campo de estudos, explicar os fenômenos da variação e do preconceito linguísticos, definindo norma padrão e compreendendo as relações entre esses conceitos e a realidade escolar contemporânea.

1.1. Descrição e prescrição: a Gramática Normativa/Tradicional e a Linguística como ciência

Vimos, anteriormente, que a Linguística como ciência estabeleceu-se no início do século XX a partir dos estudos de Ferdinand de Saussure, já que foi ele quem estabeleceu um objeto (a *língua*) e um método (a abordagem sistêmica) para essa mesma ciência. Muito bem, mas você pode estar se perguntando *onde fica* a Gramática Tradicional, aquele conjunto de conhecimentos que você estudou ao longo de seu processo de escolarização, aprendendo conceitos de substantivo, verbo, sujeito, predicado etc., conhecimentos cuja aplicabilidade e clareza possivelmente tenham sido objeto de questionamentos seus algumas vezes.

Bom, tentemos distinguir, aqui, Gramática Tradicional de estudos da Linguística. A matriz dessa distinção parece residir no fato de que, enquanto a Gramática Tradicional preocupa-se em normatizar o uso da língua, prescrevendo, isto é, determinando o que é *certo* e o que é *errado* a partir de um modelo de língua padrão, a Linguística, como ciência, ocupa-se, não em normatizar e prescrever, mas em descrever/explicar como as diferentes línguas se estruturam e o que é pertinente a cada qual delas.

Dizer que a Linguística é uma ciência descritiva (ou seja, não-normativa) é dizer que ela tenta descobrir e registrar as regras segundo as quais se comportam os membros de uma comunidade linguística, sem tentar impor-lhes outras regras ou normas, de correção exógena [...] A razão pela qual os linguistas de hoje são tão insistentes com a distinção entre regras descritivas e prescritivas é simplesmente porque a Gramática Tradicional tinha um caráter acentuatadamente normativo. O gramático acreditava que sua missão era formular os padrões de correção e impor, se necessário, aos falantes da língua, tais normas de comportamento.

(LYONS, 1981, p. 55)

Como você deve ter observado, John Lyons, no fragmento anterior, refere-se aos gramáticos tradicionais em tempo passado, o que pode sugerir que esse comportamento de estabelecer o *certo* e o *errado* não mais exista. Você e nós, porém, sabemos que a Gramática Tradicional ainda vigora em nossa língua, assim como gramáticas normativas existem em muitas outras línguas. Então, qual a importância de distinguir a descrição/explicação que a Linguística se propõe da normatização que a Gramática Tradicional leva a termo?

Modernamente, os estudiosos da área distinguem norma padrão ideal e norma padrão real. A primeira corresponde às prescrições da Gramática Tradicional e tende a se consolidar na escrita; a segunda, por sua vez, normalmente corresponde à fala das elites escolarizadas em situações formais de uso de língua. Neste livro, quando nos referimos à norma padrão, aludimos à norma padrão ideal.

Precisamos ter conhecimento de que se trata de dois campos de estudos distintos, cada qual com a sua abordagem no universo que lhe cabe. A Linguística investiga os fenômenos existentes nas diferentes línguas com o objetivo de registrar esses fenômenos e compreender seu funcionamento, sem estabelecer julgamentos ou propor correções. A Gramática Tradicional, por sua vez, ocupa-se de elencar um conjunto de regras que devem ser observadas pelos usuários de uma língua quando esses mesmos usuários desejam valer-se do que se chama *norma padrão* de uso. Nessa missão, a Gramática Tradicional, porém, apresenta muitas inconsistências que são explicitadas pelos estudos linguísticos com o objetivo de desmistificar a possível existência de uma forma perfeita, correta e única de usar uma língua.

Na próxima unidade, discutiremos as variantes de fala existentes em uma mesma língua e as implicações socioculturais e econômicas viáveis nesse universo. Por ora, importa que entendamos que Linguística e Gramática Tradicional **são territórios distintos**, cada qual com o seu enfoque. Como ciência, à Linguística cabe investigar o funcionamento das línguas, seus usos e os fenômenos que dizem respeito a elas, objetivando produzir conhecimento científico acerca dessas mesmas questões, sem emitir julgamentos de valor.

Tomemos um exemplo para que você possa entender melhor do que estamos falando. Os manuais de Gramática Tradicional costumam conceituar *verbos* como itens de uma classe de palavras cujas implicações de significado dizem respeito à indicação de *ação*, *estado* e *fenômenos da natureza*. A Linguística, a seu turno, mostra que o vocabulário da língua portuguesa contém palavras que traduzem essas significações e que não fazem parte da categoria dos verbos: *corrida*, por exemplo, refere *ação* e não é verbo; *chuva* refere um fenômeno climático e não é verbo, tanto quanto *doença* refere um *estado* em que se encontra o sujeito e, igualmente, não é um verbo.

Nessa discussão, a Linguística aponta que, no português, os verbos, em relação às palavras das demais classes, distinguem-se em razão, sobretudo, do fato de indicarem, entre outras categorias, tempo, número e pessoa, na maioria das formas em que se dá sua conjugação. Abordagens dessa natureza são, como você deve ter percebido, de cunho formalista.

Outro campo fecundo de reflexão – agora de vertente sociologista – que a Linguística faz em relação à Gramática Tradicional é o fato de que usos como *açucré* em lugar de *açúcar* e *nóis foi* em lugar de *nós fomos* não constituem incidências de *erro*, mas revelam distinções socioculturais e econômicas entre os falantes. De nada vale, ainda, a Gramática

Tradicional prescrever regras de concordância, denegando a existência de usos corriqueiros, na fala, como *as pasta preta*, entre inúmeras outras possibilidades de uso. Os falantes, por razões diversas que discutiremos na Unidade a seguir, usam a língua do modo como a comunidade na qual se inserem o legitima porque o objetivo desse uso é a interação social com o grupo.

Com reflexões críticas dessa natureza, a Linguística evidencia as impropriedades do ato de normatizar a língua a que se propõe a Gramática Tradicional. Logo, discutir a *língua* sob o ponto de vista da Gramática Tradicional implica priorizar regras de uso. Fazê-lo sob a perspectiva da ciência Linguística implica descrever fenômenos linguísticos sem emissão de julgamentos que denotem valoração dos diferentes usos.

Você deve estar se perguntando sobre o valor da Gramática Tradicional em um curso de Letras – Espanhol. Se ela não faz parte da ciência Linguística, para que serve e por que seu uso ainda persiste? Bom, podemos dizer a você que a Gramática Tradicional, ainda que se distinga da Linguística como ciência, precisa ser estudada em um curso como o nosso porque ela focaliza o que chamamos de variante padrão da língua.

Precisamos conhecer as regras da Gramática Tradicional de uma língua para entender como ela se relaciona com a variante padrão dessa mesma língua e, até mesmo, para poder compreender criticamente as propriedades e impropriedades de suas prescrições, afinal ela se propõe a normatizar os usos daquela língua. No nosso caso específico, precisamos conhecer a Gramática Tradicional do espanhol, tendo, porém, a consciência de que ela contempla um conjunto de normas de uso dessa língua, o que nem sempre se verifica de fato no dia a dia dos falantes.

1.2. Variação linguística: em que consiste e como se caracteriza

Ouvimos, com relativa frequência, a expressão *falar errado* como qualificação de determinados enunciados proferidos por diferentes tipos de falantes do português. Na maioria das vezes, tal expressão deprecia a forma de falar desses mesmos usuários da língua. Normalmente, esse tipo de consideração está endereçado a classes da população que não têm tido pleno acesso à escolarização ao longo da História do país. Trata-se de um fenômeno importante em nossa área e que merece atenção cuidada. Assim, importa que você, ao final deste estudo, seja capaz de definir e caracterizar o fenômeno da variação linguística. Passemos, então, à reflexão sobre ele.

Para iniciarmos essa reflexão, tomemos como exemplo a forma com que falantes de alguns estratos sociais menos favorecidos economicamente flexionam os verbos: muitas vezes, o que observamos é uma redução significativa nas formas flexionais, a exemplo de: *eu vou / tu vai / ele vai / nós vai / vocês vai / eles vai* (forma padrão: *eu vou / tu vais / ele vai / nós vamos / vós ides / eles vão*). Esse tipo de uso da língua tem sido alvo frequente da consideração *falar errado*. São igualmente tidas como *erro* formas como *pobrema* (forma padrão: *problema*), *bassora* (forma padrão: *vassoura*), *ponhá* (forma padrão: *pôr*) entre tantas outras.

Acostumamo-nos a comungar com essa qualificação de *erro* na fala porque historicamente, em nosso processo de educação formal, aprendemos um modelo de uso da língua tido como *correto*. Assim, as formas que fogem a esse modelo são por nós qualificadas como *erro*. Mas qual é o problema dessa qualificação negativa?

A língua falada pelos homens é um item de sua cultura, a exemplo de outros tantos itens como religiosidade, hábitos gastronômicos, ma-

nifestações culturais como a música, a dança etc. A Antropologia, no estudo que empreende sobre as diferentes culturas, vem historicamente assinalando de modo enfático a impossibilidade de hierarquizar culturas entre si; ou seja, condena a qualificação de algumas culturas como melhores que outras. Sobre isso, Soares (1986, p. 39) escreve: “A Antropologia já demonstrou que não se pode considerar uma cultura superior ou inferior à outra: cada uma tem sua integridade própria, seu sistema de valores e de costumes”. E, lembramos, os conceitos de *certo* e *errado* trazem consigo valoração e hierarquização: *X é melhor* que *Y*, porque *X é certo* enquanto *Y é errado*.

Muito bem, a língua é uma manifestação cultural, não é mesmo? Isso parece inequívoco, entre outros aspectos, devido ao fato de que, como vimos na Unidade anterior, os homens nascem com a faculdade da linguagem, mas aprendem a língua do grupo social de que fazem parte. Assim, a fala não pode ser objeto de valoração e/ou hierarquização, processos implicados nas qualificações de *certo* e *errado*.

Nesse sentido, segue Soares (1986, p. 39): “[...] não há línguas mais complexas ou mais simples [...] todas elas são adequadas às necessidades e características da cultura a que servem e igualmente válidas como instrumento de comunicação social”. Logo, não pode haver formas *certas* ou *erradas* de falar; o que há são formas de falar *diferentes*, cada qual atendendo às necessidades do grupo social do qual constituem manifestação cultural.

Como manifestação cultural, cada sistema linguístico constrói-se e transforma-se com vistas a atender às demandas dos usuários de tais sistemas no âmbito das interações que esses mesmos usuários estabelecem uns com os outros. Isso, porém, não ocorre apenas no universo distintivo das línguas entre si; ou seja, diferenças não existem tão somente entre uma língua histórica e outra – entre o português e o espanhol, por exemplo.

Tais diferenças se estabelecem também no seio de uma mesma língua, ainda que não sejam distintivas a ponto de impedir a mútua compreensão entre os falantes; isto é, não são diferenças constitutivas de línguas específicas, mas diferenças que fazem parte de uma mesma língua e decorrem da diversidade cultural do povo falante dessa língua. A essas diferenças, chamamos *variantes* – abordagens clássicas chamam tais diferenças de *dialetos*.

Entendamos isso melhor: se, em português, designamos animais de estimação de pequeno porte da raça canina como *cachorros* e, em espanhol, o fazemos com o vocábulo *perro*, essa é uma diferença **distintiva de duas línguas históricas** entre si. No português e no espanhol, porém (assim como em inúmeras outras línguas), há **variações internas** na forma de falar. Escreve Soares (1986):

Tal como não se pode falar de “superioridade” e “inferioridade” entre as línguas, mas apenas em diferenças, não se pode falar de inferioridade ou superioridade entre dialetos geográficos ou sociais [...] Também aqui, como ocorre em relação às línguas, cada dialeto [...] é adequado às necessidades e características do grupo a que pertence o falante [...] todos eles são, pois, igualmente válidos como instrumentos de comunicação [...].

(SOARES, 1986, p. 40)

Em português, por exemplo, encontramos formas diferentes de designar um mesmo tipo de alimento: *mandioca*, *macaxeira* ou *aipim*, dependendo do local geográfico em que se situa o falante; tanto quanto encontramos diferenças na flexão verbal a que aludimos anteriormente, motivadas por diferenças de escolarização e classe social; esses entre inúmeros outros possíveis exemplos. Trata-se de formas de falar diferentes, verificáveis em uma mesma língua histórica, o português, e, nesses dois casos citados, decorrentes de diversidades culturais de natureza geográfica ou socioeconômica/de escolarização.

Optamos pelo termo variante porque concordamos com os profissionais da área de estudos chamada Dialectologia, segundo os quais o conceito de dialeto traz consigo uma expressiva complexidade que não nos cabe aqui discutir. Você lerá, porém, ao longo deste Capítulo, citações, como em Soares (1986), que, em vez de variante referem dialeto. Nesses casos, tome os termos como sinônimos.

No Brasil, um país de extensão continental e de grandes contrastes sociais, essas variantes revelam-se bastante expressivas.

Assim, ao fenômeno das diferenças de fala verificáveis em uma mesma língua damos o nome de *variação linguística* – cada qual das diferentes formas de falar ganha o nome de *variante*. Podemos referir diferentes tipos de variantes, entre as quais, variantes *diatópicas*, variantes *diastráticas* e variantes *diageracionais*. Procuremos entender implicações do variacionismo com base no pensamento de estudiosos da área, entre os quais Calvet (2002), Bortoni-Ricardo (2004), Zilles (2005). Começemos por especificar algumas das divisões possíveis dessas variantes, o que tem origem, sobretudo, em estudos clássicos de W. Labov realizados na segunda metade do século passado.



William Labov (1927)

- **Diferenças *diatópicas* (ou regionais)** – Diferenças de fala visíveis entre usuários da língua de regiões geográficas distintas. No Brasil, por exemplo, enquanto no Nordeste normalmente se fala *macaxeira*, no Sul e no Sudeste a tendência é o uso das formas

mandioca ou *aipim*. Inúmeros outros vocábulos, tais como *trem* (que, em algumas regiões do país, pode significar *coisa*, abrangendo um vasto leque de possibilidades de sentido) e *cacetinho* / *triguinho* / *pão de trigo* / *pão d'água* / *pão de sal* (diferentes formas para designar, em regiões distintas, um tipo de pão muito similar) são exemplos de diferenças diatópicas.



- **Diferenças *diastráticas* (ou de estrato socioeconômico)** – Diferenças de fala visíveis entre usuários da língua de estratos socioculturais distintos, o que, em nossa compreensão, tem estreita articulação com a possibilidade ou não de plena escolarização. No português, por exemplo, estratos sociais economicamente desprivilegiados e pouco escolarizados tendem a usar formas como *nóis vai* (forma padrão: *nós vamos*), enquanto estratos sociais economicamente privilegiados e com escolarização plena tendem a usar a forma padrão.
- **Diferenças *diageracionais* (ou de idade)** – Diferenças de fala visíveis entre usuários da língua de gerações distintas. No português, por exemplo, enquanto as gerações mais jovens usam o verbo *digitar* (e alguns de seus membros desconhecem o verbo *datilografar*), alguns falantes de mais idade tendem a manter o verbo *datilografar*, mesmo se referindo ao uso do teclado do computador. Vocábulos como *eslaque* (por *calça feminina*), *lambreta* (por *moto*), *calça de brim* (por *jeans*) são outros exemplos dessas diferenças. Diferenças desse tipo parecem mais visíveis no vocabulário do que nas construções frasais.

Essa discussão tem ganhado contornos mais complexos ao longo das últimas décadas. Bortoni-Ricardo (2004), por exemplo, registra uma interessante discussão sobre o tema, concebendo contínuos de variação: o *contínuo* da urbanização em cujos extremos opostos estariam falares rurais isolados (distantes do uso intenso da escrita/cultura grafocêntrica) e falares urbanos padronizados (influenciados pelo intenso uso da cultura escrita/cultura grafocêntrica); o *contínuo da oralidade-letramento*, em cujos extremos opostos estariam eventos de oralidade (sem influência direta da língua escrita) e eventos de letramento (atividades/ações pautadas em textos escritos); e o *contínuo da monitoração estilística*, em cujos extremos opostos estariam uma fala menos monitorada (espontânea) e uma fala mais monitorada (planejada). Com essa proposta, a autora sugere gradações no uso da língua relacionadas a questões sociais (inserindo-se aí a escolarização) e contextuais.

Para as finalidades deste estudo, concebemos *culturas grafocêntricas* como sendo as culturas intensamente marcadas pelo uso da escrita, o que se estende às mensagens veiculadas nas ruas, às relações interpessoais, à organização socioeconômica, cultural e institucional etc. Se tomarmos, por exemplo, pólos opostos a exemplo de núcleos urbanos como grandes metrópoles de países desenvolvidos e pequenas comunidades rurais de países em desenvolvimento, poderemos perceber, talvez com maior evidência, que o uso social da escrita tende a estar mais marcadamente presente naqueles núcleos e menos intensamente presente nestes. Ainda que, hoje, seja difícil sustentar a ausência de usos sociais da escrita – à exceção possivelmente de comunidades ágrafas como determinados povos indígenas isolados –, parece evidente que alguns grupos humanos se valem de tais usos de modo mais efetivo que outros grupos, centralizando sua organização social e cultural na linguagem escrita.

Paralelamente ao conceito de *variante*, há o conceito de *registro*, que implica mudanças de fala motivadas por razões contextuais. Soares (1986) trata dessa questão, referindo: falas *formais* ou *coloquiais*; falas *familiares*; *gírias*; falas *técnicas*. Aqui, vale mencionar o conceito de *jargão*, que seria o falar de profissionais distintos: os advogados, com seus termos técnicos, teriam o seu *jargão*, que seria distinto do *jargão* dos médicos, dos aviadores, dos profissionais da informática etc. Assim, um mesmo usuário da língua pode, ora usar essa língua de modo formal, ora fazê-lo de modo coloquial; ora pode valer-se do *jargão* de sua profissão, ora pode valer-se de gíria, **dependendo do contexto de interação de que tome parte**. Esse fenômeno não constitui *variantes* da língua, mas *variantes contextuais*, diferenças na fala de um mesmo sujeito, *registros* distintos.

O que precisa ficar claro até aqui é que, se a língua é uma manifestação cultural dos grupos sociais humanos, seus diferentes usos correspondem ao atendimento das necessidades decorrentes da interação entre os membros desses mesmos grupos. Logo, tais usos não podem ser classificados como *certos* ou *errados*, *melhores* ou *piores*, pelo simples fato de que não é possível classificar assim a cultura humana. As culturas são apenas **diferentes** entre si; jamais **mais corretas ou menos corretas**.

Isso requer que entendamos a expressão *falar errado* como um equívoco que tem tido amplo lugar em nosso meio; equívoco que nós, na condição de educadores – e mais, na condição de futuros educadores da área das Letras –, precisamos nos empenhar para desfazer. Assim, a partir do estudo desta Unidade, importa que tenhamos consciência de que não existem *falares errados*, existem apenas *falares diferentes*, que devem ser compreendidos à luz das especificidades culturais das quais fazem parte.

1.3. Norma padrão: em que consiste e por que se impõe

Na discussão anterior, referimos a expressão *norma padrão*. Mas o que isso significa? Definir *norma padrão* é o objetivo a que nos propomos aqui. Para entender esse conceito, transcrevamos o que Bortoni-Ricardo (2004) escreve:

A expressão norma padrão tem as variantes norma culta e norma padrão culta. Não concordamos com essas variantes para a expressão norma padrão porque elas sugerem que os outros falares não sejam cultos, e sabemos que, se os falares representam culturas distintas, eles naturalmente são cultos.

Em toda comunidade de fala onde convivem falantes de diversas variedades [...] os falantes que são detentores de maior poder – e por isso gozam de mais prestígio – transferem esse prestígio para a variedade linguística que falam. Assim, as variedades faladas pelos grupos de maior poder político e econômico passam a ser vistas como variedades mais bonitas e até mais corretas. Mas essas variedades, que ganham prestígio porque são faladas por grupos de maior poder, nada têm de intrinsecamente superior às demais. O prestígio que adquirem é mero resultado de fatores políticos e econômicos. [...] No Brasil, os falares das cidades litorâneas, que foram sendo criadas ao longo dos séculos XVI e XVII [...] sempre tiveram mais prestígio do que os falares das comunidades interioranas. Isso se explica porque as cidades brasileiras que estão voltadas para a Europa receberam um contingente muito grande de portugueses nos três primeiros séculos da colonização e desenvolveram falares mais próximos dos falares lusitanos.

(BORTONI-RICARDO, 2004, p. 33-34)

A autora registra razões pelas quais um tipo de falar ganha prestígio entre os usuários de uma língua. Trata-se da forma de falar historicamente usada pelas elites socioeconômicas escolarizadas do país. Essa forma de falar é a que ganha a representação da escrita e que se manifesta na produção da literatura científica nacional. Desse *status* decorre a condição de *norma padrão*, com base na qual se dá o julgamento de *erro* dos falares que lhe são distintos.

Com relação à escrita, precisamos esclarecer que se trata de uma tentativa de representação da fala. Scliar-Cabral (2003, p. 58) alerta que “[...] as convenções ortográficas [...] representam a fala de forma imperfeita [...]”. Talvez pudéssemos aludir, aqui, a formas verbais no infinitivo: *ler*, por exemplo. De modo geral, os falantes, inclusive aqueles altamente escolarizados, apagam o *-r* final desses e de inúmeros outros verbos por ocasião da fala, ainda que em situações formais. Normalmente dizemos “eu vô **lê** este livro”, em vez de “eu vou **ler** este livro”. Nesse exemplo, vemos, também, o apagamento do *-u* da forma *vou*. Ainda assim, a escrita continua a marcar o *-r* final em *ler* e o *-u* final em *vou*.

O mesmo se dá com vocábulos como *peixe*. Enquanto a escrita marca a existência do *-i* medial, na fala, dificilmente esse *-i* é articulado, já que tendemos a dizer *pexe*. Em outras situações, determinados falantes, em vez de apagarem, inserem um segmento, como no caso de falantes cariocas e florianopolitanos que dizem *treix* em vez de *três*. Isso para mencionar apenas algumas poucas situações em que as diferenças entre fala e escrita se revelam significativas.

Nesse sentido, importa observarmos que a escrita tenta representar *um tipo específico de fala* – a fala das elites escolarizadas, que é tida como *norma padrão*; ou seja, a fala dos grupos sociais que detêm o poder é representada pela escrita. Precisamos considerar, aqui, que existem várias formas de falar a língua portuguesa, mas existe uma única forma de escrever nessa língua. Isso termina por requerer dos usuários das diferentes variantes de fala (ou, por outro lado, termina por facultar a eles) o domínio da *fala padrão*, dadas intrínsecas relações existentes entre o domínio da escrita e o domínio da fala padrão. Vamos entender melhor essas relações?

Para isso, vale referir Kato (1986), segundo a qual existiria uma **fala 1** e uma **escrita 1**; uma **escrita 2** e uma **fala 2**, nessa ordem; o que nos

Abrimos mão, aqui, da notação formal dos estudos fonéticos a fim de facilitar a compreensão do aluno que se inicia nos estudos da área.

leva a considerar que adquirimos a fala (fala 1) e, a partir dessa aquisição, podemos aprender a escrever (escrita 1); tendo evoluído no domínio da escrita (escrita 2), tendemos a modificar a nossa forma de falar (fala 2).

A fala de pessoas altamente escolarizadas parece muito próxima da escrita, não é verdade? Quando ouvimos determinadas pessoas, em determinadas situações, usando termos como *circunscrever*, *posteriormente*, *ratificar* etc., esse tipo de fala remete muito à escrita formal. Com isso, queremos sugerir que o domínio da escrita apresenta grandes possibilidades de modificar a forma de falar de inúmeras pessoas. Quanto maior o nível de *letramento* do indivíduo, maiores são as possibilidades de sua fala revelar-se muito próxima da escrita.

Por *letramento*, entendemos o uso social da escrita, o que implica o usuário da língua valer-se de materiais escritos diferenciados, em diferentes situações de interação social. *Letramento*, sob essa acepção, não é sinônimo de erudição, ainda que remeta a ela.

A fala das elites socioeconômicas escolarizadas é adotada pelos meios de comunicação, pelas instituições em geral, pelos sistemas educacionais etc. Historicamente, essa fala ganhou legitimidade para constituir-se como a variante que *representa oficialmente* a língua portuguesa, em uma tentativa de uniformidade que, de fato, não existe. Esse percurso histórico de legitimação da *norma padrão*, ainda que necessário sob vários pontos de vista que discutiremos à frente, é, em grande medida, responsável pelo que chamamos de *preconceito linguístico*, assunto sobre o qual refletiremos a seguir.

Gostaríamos de fechar este tópico retomando a consideração de que a *norma padrão* corresponde a um tipo específico de falar privilegiado historicamente em razão do *status* socioeconômico e educacional dos usuários dessa mesma fala. Trata-se de uma forma de falar diferente das demais, mas que foi eleita para ganhar a representação da escrita, o que lhe confere a condição de um falar teoricamente representativo da língua portuguesa. Precisamos ter presente, porém, que essa fala privilegiada com a qualificação de *norma padrão* é apenas *diferente*, não *melhor* nem *pior* que as demais formas de falar.

1.4. Preconceito linguístico: reações contra os falantes, não contra os falares

É fácil concluirmos que a qualificação de *certo* e *errado* em relação aos diferentes falares alimenta algum tipo de preconceito, tanto quanto se origina nele, em um fenômeno circular. Romper com esse círculo tem sido um desafio nas últimas décadas. Mas que preconceito é esse? Identificar em que consiste tal comportamento é o foco desta discussão.

Chamamos esse fenômeno de *preconceito linguístico*, e Soares (1986) explica que tal preconceito é um estereótipo:

[...] próprio de sociedades estratificadas em classes, [estereótipo] segundo o qual é “superior”, “melhor” o dialeto das classes socialmente privilegiadas; na verdade, essa “superioridade” não se deve a razões linguísticas, ou a propriedades inerentes a esse dialeto, mas a razões sociais: o prestígio de que essas classes gozam na estrutura social é estendido a todos os seus comportamentos, sobretudo a seu dialeto. Os demais dialetos – de grupos de baixo prestígio social – são avaliados em comparação com o dialeto de prestígio [...] são atitudes sociais culturalmente aprendidas, pois se baseiam em valores sociais e culturais, não em conhecimentos linguísticos. Na verdade, são julgamentos sobre os falantes não sobre sua fala.

(SOARES, 1986, p. 41)

Vamos refletir um pouco sobre essa questão. Observemos as variantes a seguir:

Nº	Variação	Forma padrão ou atual	Tipo de variação
1)	<i>pobrema</i>	<i>Problema</i>	Diastrática – de classe social
2)	<i>trem</i>	Significando <i>coisa</i> ou substituindo substantivos em geral.	Diatópica - regional
3)	<i>eslaque</i>	<i>Calça</i> (comprida feminina)	Diageracional – de idade

Abaixo, os *registros* (mudanças na fala de acordo com o contexto) ou *jargões*:

N °	Registro / jargão	Forma padrão ou mais comum	Tipo de registro / jargão
4)	<i>Tá ligado?</i>	<i>Entendeu? / Percebeu? etc.</i>	Gíria
5)	<i>Cefaléia</i>	<i>Dor de cabeça</i>	Jargão médico
6)	<i>Quando eu vê ele, dô teu recado</i>	<i>Quando eu o vir, darei o seu recado.</i>	Fala coloquial

Refletindo sobre essas diferenças de uso, parece certo que, dentre as seis formas referidas nos dois quadros, a forma número 1 tem mais chances de ser objeto de preconceito linguístico do que as demais. A fala dos estratos sociais economicamente desprivilegiados, os quais, na maioria das vezes, não têm acesso à plena escolarização, tende a sofrer maior discriminação do que as demais formas.

Uma possível explicação para isso talvez seja o fato de que diferenças de natureza regional ou de idade, tanto quanto registros e jargões, fazem parte da fala de pessoas de todas as classes sociais e se revelam em todas as variantes, quer se trate de falantes escolarizados ou não. O que estamos querendo registrar é que variantes regionais (diatópicas), de idade (diageracionais), registros (gíria, fala coloquial etc.) ou jargões (falas técnicas) **não** estão necessariamente ligados à condição socioeconômica e à escolarização. Já a variante de estrato social (diastrática) liga-se diretamente a tais condições. Falantes que usam forma *pobrema*, quando passam por um processo de escolarização plena e/ou conquistam uma condição socioeconômica melhor, tendem a mudar sua forma de falar.

Assim, Soares (1986), ao afirmar que o preconceito é contra a condição dos falantes e não contra a sua forma de falar, parece traduzir de fato o que acontece na sociedade; ou seja, atribuímos valor às pessoas por sua condição socioeconômica e de escolarização e, com esse *status*,

vem o *status* de sua forma de falar. Possivelmente, se as elites econômicas e educacionais usassem a forma *pobrema* em vez da forma *problema*, o “erro” estaria em problema e não em *pobrema*. Podemos, desde já, inferir as tantas repercussões que essa realidade apresenta na escola, dentre as quais a legitimação do preconceito linguístico.

A discussão do preconceito linguístico nos remete a um conhecido autor nacional que, em suas publicações, vem se insurgindo contra esse tipo de atitude. Esse autor chama-se Marcos Bagno e tem uma obra bastante conhecida que se chama “Preconceito linguístico: o que é, como se faz”. Nessa obra, o autor desmistifica oito diferentes concepções – que ele chama de “mitos” –, as quais alimentam tal preconceito. Explicitemos essas colocações de Bagno (2003) referindo, a seguir, cada qual desses mitos, paralelamente a nossos comentários acerca de sua impropriedade.

- Mito segundo o qual **a língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente**: nossas discussões até aqui nos mostraram que essa unidade não existe. Os falares mudam de uma região para outra, de uma classe social para outra, de uma geração para outra.
- Mito segundo o qual **brasileiro não sabe falar português; só em Portugal se fala bem português**: ainda que se trate da mesma *língua histórica* – o *português* –, é preciso considerar que a língua serve às demandas de seus falantes e há significativas diferenças entre Brasil e Portugal, as quais se revelam em vários itens culturais, inclusive na língua.
- Mito segundo o qual ***português é muito difícil***: o português é tido como uma *língua transparente*, uma língua em que não há diferenças tão extremas entre fala e escrita. (No inglês, entre outras línguas, podemos observar como tais diferenças são bem maiores, tanto que, não raro, não temos idéia de como pronunciar determinadas palavras que estamos lendo.). Na fala, este mito também não se sustenta porque a maioria dos falantes da língua portuguesa não usa as formas verbais, por exemplo, na comple-

Apesar da referência a esse mito por parte de Bagno, ressaltamos que toda língua natural é fácil para quem a adquire; é o ensino tradicional dessa língua que a torna difícil.

xidade flexional da variante padrão (não é comum o uso da forma *vós*, por exemplo). Tendemos a simplificar os usos da língua na fala, quer nas flexões das palavras (*dois pãozinho*) quer nas construções frasais (*eu vô lê*).

- Mito segundo o qual **as pessoas sem instrução falam tudo errado**: eis, aqui, o eixo do preconceito linguístico. A variante falada pelas pessoas não-escolarizadas é apenas *diferente* das demais, não *melhor* ou *pior*.
- Mito segundo o qual **o lugar onde melhor se fala português no Brasil é o Maranhão**: a marcante presença lusitana no Maranhão moveu historicamente esse mito, possivelmente em razão de a fala local revelar-se mais próxima do português de Portugal.
- Mito segundo o qual **o certo é falar assim porque se escreve assim**: vimos que a escrita *representa* a fala e não a fala representa a escrita. Logo, a escrita não pode nortear a forma de falar dos usuários de uma língua, porque ela tem caráter secundário e requer aprendizado, diferentemente da fala.
- Mito segundo o qual **é preciso saber gramática [normativa/tradicional] para falar e escrever bem**: sabemos que muitos dos grandes escritores de nossa língua já confessaram não saber gramática normativa. Luís Fernando Veríssimo, por exemplo, já se insurgiu contra o uso do ponto-e-vírgula alegando desconhecimento das regras que norteariam esse mesmo uso.
- Mito segundo o qual **o domínio da norma padrão é instrumento de ascensão social**: se assim fosse, os professores de Português seriam milionários, não é verdade?

1.5. Os fenômenos da *identificação* e da *distinção* linguísticas

Por que alguns falantes revelam maior facilidade de adaptar-se à fala de um novo grupo social enquanto outros falantes resistem de modo mais efetivo a tais mudanças? Le Page e Keller (1985) referem um

conceito que possivelmente nos ajude a entender razões desse comportamento. Esses autores mencionam os fenômenos da *identificação* e da *distinção*, cuja descrição é o intuito que nos move.

Para Le Page e Keller (1985), quando um falante se defronta com usos da língua diferentes dos seus, vê-se ante duas possibilidades: manter sua forma de fala, distinguindo-se do novo grupo, ou modificar sua forma de fala, identificando-se com o novo grupo. Adotar um ou outro comportamento depende de eventuais *vantagens* que o usuário da língua possa encontrar em distinguir-se do grupo ou identificar-se com ele, mesmo que isso se dê de modo não inteiramente consciente e proposital.

Caso haja a mudança na fala, dá-se pela identificação do falante com o novo grupo; caso haja a distinção, dá-se pela ausência dessa mesma identificação. Para refletir sobre isso, tomemos alguns exemplos. Um adolescente que sai de uma região geográfica de menor prestígio em nível nacional e chega a uma região geográfica de alto prestígio – do sertão nordestino para o Rio de Janeiro, por exemplo – tende a empreender um esforço para aproximar-se da fala do novo grupo social, o que poderia significar mudar sua condição de marginalidade geográfica, conquistando uma condição de privilegiamento. No caso oposto, porém, um adolescente oriundo na cidade do Rio de Janeiro que migra para o sertão nordestino possivelmente relute em modificar sua fala, resistindo em identificar-se com o novo grupo.

Outro possível exemplo são falantes de estratos sociais mais pobres que enriquecem por razões diversas, tendendo a mudar seu comportamento sob vários aspectos, inclusive a fala, em busca de serem aceitos como parte do novo grupo social a que passam a pertencer. O contrário não parece motivar mudanças de fala – um falante da elite que empobrece e passa a conviver com um novo grupo social tende a empenhar-se para manter sua distinção desse grupo *também* na fala.

É claro que há exceções e particularidades nesse processo. Os autores chamam a atenção para o fato de que normalmente mudanças de fala decorrentes de mudanças de grupo social têm a ver com processos de identificação ou não com o novo grupo, o que necessariamente tem relações com a vontade do usuário da língua de ver-se ou não identificado como parte do novo grupo. Tais processos parecem ser motivados por razões de natureza cultural, de valoração cultural e social, o que não tem origem na fala, mas termina por englobá-la. Como podemos inferir, há questões de preconceito linguístico implicadas nessa discussão.

1.6. A diversidade linguística na escola: *bivariacionismo* e proficiência em leitura e escrita

O conteúdo das discussões anteriores deve ter instigado você a polemizar a ação da escola no que se refere à variação linguística. Afinal, se existem tantas formas diferentes de usar a língua e nenhuma delas constitui erro, como deve se posicionar a escola, especialmente o profissional de Letras? Explicar o papel da escola em se tratando da inclusão linguística das crianças no meio socioeducacional é o objetivo de nossa reflexão aqui.

Inúmeras são as discussões nesse sentido. Talvez a mais conhecida e referida seja o posicionamento de Soares (1986) em favor do que chama de *bidialetalismo*, entendendo esse conceito como sendo o domínio de duas formas de falar: a fala de origem do aluno e a norma padrão.

Em nome de mantermos uma unidade no texto e em nome da complexidade implícita no conceito de *dialeto*, optamos por referir a proposta de Soares (1986) não como *bidialetalismo*, mas como *bivariacionismo*, isto é, o domínio da variante de fala de origem do aluno paralelamente

ao domínio da variante de fala da escola, ou seja, a norma padrão. O *bivariacionismo* mostra-se particularmente relevante nos ambientes em que os alunos são oriundos de estratos sociais desprivilegiados, caracterizados por variantes de fala estigmatizadas, ou em regiões geográficas nas quais as formas de falar revelam especificidades que as distinguem efetivamente da norma padrão.

Sim, mas por que razão defendemos esse duplo domínio? Concor damos com Soares (1986) em sua argumentação acerca da necessidade de respeito à fala de origem dos alunos, porque, como vimos anteriormente, a fala é um item de sua cultura e, como tal, identifica tais alunos como parte de um determinado grupo. Importa, porém, permitir a esses mesmos alunos o domínio da fala das elites escolarizadas, de modo a favorecer seu processo de inserção em outros grupos sociais, contribuindo para inclusão daqueles segmentos destituídos dos benefícios socioeconômicos e culturais da modernidade. Camacho (2006) escreve:

A natureza discriminatória que a linguagem pode assumir, em função da variação linguística e dos mecanismos de estigmatização, leva-nos, professores e pesquisadores, a refletir sobre a questão que mais nos afeta: em que grau o processo de ensino da língua materna contribui para o agravamento ou para a simples manutenção das situações de exclusão [...] a que está sujeita a população socialmente marginalizada? Certamente são numerosos os aspectos que respondem a essa questão. Nenhum, porém, é ainda hoje mais relevante que o da relação de conflito que se estabelece entre a cultura imposta como referencial exclusivo e as experiências vivenciadas, especialmente pelo jovem provindo das camadas marginalizadas. Enfocando essa relação de um ângulo estritamente linguístico, delinea-se o conflito no âmbito da polarização entre a língua de fato ensinada na escola, como referencial exclusivo, que podemos denominar variante padrão, e o dialeto social que o aprendiz domina de acordo com sua origem sociocultural.

(CAMACHO, 2006, p. 67)

Vários são os estudiosos que defendem a necessidade de uma pedagogia culturalmente sensível, capaz de respeitar os diferentes falares na escola, mas atenta à necessidade de mediação da apropriação da norma padrão. Bortoni-Ricardo (2004) escreve:

Da perspectiva de uma pedagogia culturalmente sensível aos saberes dos alunos, podemos dizer que, diante da realização de uma regra não-padrão [uso da língua diferente do uso da escola] pelo aluno, a estratégia da professora deve incluir dois componentes: a identificação da diferença e a conscientização da diferença.

(BORTONI-RICARDO, 2004, p. 42)

Isso obviamente requer, como você pode perceber, capacidade docente para *identificar* a diferença; logo, ao professor cabe dominar preliminarmente a norma padrão, para poder tê-la como parâmetro nesse processo de identificação. Já a *conscientização*, como escreve a autora, apresenta mais dificuldades. Registra ela:

É preciso conscientizar o aluno quanto às diferenças [de uso da língua] para que ele possa começar a monitorar seu próprio estilo, mas essa conscientização tem de dar-se sem prejuízo do processo de ensino-aprendizagem [...] Mais importante, ainda, é observar o devido respeito às características culturais e psicológicas do aluno. [...] O trato inadequado ou até desrespeitoso das diferenças vai provocar a insegurança [...] ou até mesmo o desinteresse e a revolta do aluno.

(BORTONI-RICARDO, 2004, p. 42)

Parece certo, sob o olhar de estudiosos, que o papel da escola é ensinar o respeito pelos diferentes falares. Bagno (2003) é particularmente enfático na defesa desse respeito. É preciso que a comunidade escolar, em sua integralidade, compreenda que a valoração ou a estigmatização dos diferentes falares decorre de questões alheias ao uso da língua; advém de questões relacionadas ao *status* dos falantes, o que já referimos anteriormente. Bom, é preciso que tenhamos claro, em

primeiro lugar, o nosso papel como educadores, na formação do aluno para o respeito às diversidades de fala, para a compreensão do valor cultural de cada qual delas e para a impossibilidade de sua hierarquização em melhores ou piores.

Essa, porém, em nosso entendimento, é apenas parte da questão. Disseminado esse respeito e compreendido o valor cultural de cada qual dos diferentes falares, importa que a escola permita a todos os alunos, indistintamente, a apropriação da norma padrão, como item de conhecimento, de erudição; e, mais, como instrumento para inserção em diferentes classes sociais.

Como fazer isso? Acreditamos que o efetivo domínio da leitura e da escrita, ou seja, a proficiência na língua escrita, por si só, em grande medida, favorece ao aluno a posse da norma padrão; afinal, como escrevemos anteriormente, segundo Kato (1986), a escrita modifica nossa forma de falar. Podemos observar isso cotidianamente em nosso meio: leitores habituais tendem a evidenciar, em sua fala, traços da língua escrita.

A escrita é mais ou menos uniforme na língua e, a seu modo, tenta representar a norma padrão de fala, sem identidade absoluta, como já discutimos neste livro, mas de forma bastante próxima. Essa similaridade termina por permitir aos leitores habituais um domínio progressivo da norma padrão de fala. Logo, o *bivariacionismo* que defendemos aqui parece vincular-se estreitamente ao desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita na escola.

Você, a “esta altura” de nossa discussão, pode estar se perguntando sobre questões relacionadas ao ensino da Gramática Tradicional. Como já registramos anteriormente, a Gramática Tradicional ou normativa tem a pretensão de determinar o uso *correto* da língua, processo comprometido sob vários aspectos, como já discutimos. Grande parte das regras

dessa gramática (muitas delas já arcaicas), no entanto, são observadas no uso da norma padrão escrita; logo, compete a todos nós conhecermos tais regras, encarando-as como referenciais de uso da norma padrão escrita e como referenciais de uso da norma padrão falada em contextos formais, como uma conferência, uma aula ou um discurso político.

Precisamos compreender, porém, que a memorização de tais regras tem se mostrado infrutífera ao longo da história da educação; o que ganha especial significado se considerarmos que os leitores habilidosos e habituais terminam por internalizar as regras normativas gramaticais de maior relevância de modo *natural*, ou seja, por meio do ato de ler.

Em favor desse domínio da norma padrão por meio da leitura, importa que registremos as transformações que a língua sofre a partir do uso. É comum textos escritos incorporarem expressões, termos, formas consagradas na fala, tornando-as parte da norma padrão, mesmo que os manuais de gramática normativa as condenem – essa é uma confirmação de que a escrita não é tão uniforme como se supõe. Nesses casos, os dicionários tendem a incorporar tais formas e expressões, *legitimando-as* antes que os gramáticos tradicionais terminem por render-se a elas, o que tende a demorar muito e, em muitos casos, nem mesmo acontecer.

O verbo *assistir*, no sentido de *ver*, parece exemplo disso. Raramente escutamos falantes, mesmo aqueles de elevada escolarização, usarem frases como “Assisti ao jogo”. Normalmente, o que escutamos é a frase “Assisti o jogo”. Os bons dicionários já fazem esse registro, já os manuais de gramática tendem a relutar em admitir a mudança. Labov (1972), sobre tais mudanças, escreve que, em sua origem, reduzem-se a uma variação dentre inúmeras outras no discurso de algumas pessoas. Com o tempo, essa mudança ganha usuários adeptos e passa a concorrer com a forma antiga até alcançar regularidade e eliminar as formas rivais.

Como podemos observar, à escola compete o papel de disseminar o respeito às variantes de fala de modo que sejam compreendidas como itens de culturas distintas, portanto de igual valor. Cabe a ela, ainda, facultar aos alunos o domínio da norma padrão, o que é significativamente favorecido quando se dá por meio do desenvolvimento de habilidades de leitura e de escrita. Assim, o que chamamos inicialmente de *bivariacionismo* parece acontecer naturalmente se formos eficientes em nossa tarefa de mediadores da formação do leitor e do produtor de texto.

Uma questão final que merece atenção, aqui, é que, possivelmente, o domínio da norma padrão termine por afastar o usuário da língua de sua fala não-padrão, sobretudo, em razão da percepção do *status* da norma padrão. Se isso ocorrer, parece ser fruto do fenômeno da *identificação* do usuário da língua com o novo grupo social e de sua disposição para se *distinguir* linguisticamente de seu grupo de origem, segundo considerações de Le Page e Keller (1985).

Finalmente – e talvez o mais importante –, é fundamental que registremos as relações entre dominar a norma padrão e obter maior sucesso no processo de escolarização formal. Se a variante usada pela escola é a norma padrão, isso significa que todo o processo de veiculação do conhecimento dá-se nessa variante. Logo, se o aluno não a domina, é provável que tenha maiores dificuldades de apropriar-se desse mesmo conhecimento, tornando-se mais suscetível ao fracasso escolar. Quanto maior distância houver entre a variante de fala do aluno e a norma padrão, mais dificuldades tende a se verificar no processo de aprendizagem. Trata-se, em última instância, de uma discussão sobre inclusão escolar. A esse respeito, Camacho (2006) esclarece que:

[...] quanto maior a familiaridade que o alunado mantém com a modalidade veiculada pelo ensino, tanto maior a probabilidade de êxito ao longo do processo escolar. Nesse aspecto, as camadas marginalizadas nadam contra a maré. A modalidade de cultura

que a escola desenvolve afina-se mais com a das classes dominantes. O problema é maior quando tal modalidade se impõe no ensino como referencial exclusivo a que outros modos de existência cultural acabam por submeter-se.

(CAMACHO, 2006, p. 70)

À luz dessas considerações, você deve estar percebendo o “tamanho” de nossa responsabilidade como educadores no que diz respeito a tais questões de linguagem, responsabilidade que se estende ao ensino de uma língua estrangeira por várias razões, entre as quais: o fato de a variação estender-se às línguas indistintamente; o ensino de uma língua estrangeira dar-se em território de língua materna; ou, ainda, a consideração de que a aprendizagem de língua estrangeira é facilitada pelo domínio da língua materna.

Considerações finais da Unidade

Discutimos, nesta Unidade B, a variação linguística como fenômeno presente nas diferentes línguas, refletindo sobre implicações desse fenômeno na convivência social e na realidade escolar, a exemplo da questão do preconceito linguístico e dos processos de identificação e de distinção. Estudamos, no âmbito dessa discussão, em que consiste a norma padrão e como ela se impõe. Estamos seguras de que a leitura desta Unidade não deve ter implicado graus adicionais de dificuldade, afinal, trata-se de um tema com o qual convivemos cotidianamente, não é mesmo?

Bibliografia comentada

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 2003. Esta obra tem sido constantemente reeditada desde seu lançamento em 1999.

_____. **A língua de Eulália**. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

Nessas duas obras, o autor Marcos Bagno trata do tema variação e preconceito linguístico. Na primeira obra, discute o tema em tom passional e panfletário, objetivando chamar a atenção da sociedade para as propriedades do conceito de erro na fala. Na segunda obra, por meio de uma narrativa ficcional, discute diferenças entre o português padrão e o português não-padrão, apresentando justificativas etimológicas, históricas e culturais para formas do português não-padrão estigmatizadas socialmente. Trata-se de livros de leitura introdutória ao tema que você, como futuro profissional de Letras, deve conhecer.

Unidade C

Escolas, Níveis e Disciplinas dos Estudos Linguísticos

*Ao procurar explicar a
linguagem, o homem está procurando
explicar algo que lhe é próprio
e que é parte necessária de seu mundo
e da convivência
com os outros seres humanos.*

(ORLANDI, 1986, p. 7)

1 Uma Discussão Introdutória

Ao final desta Unidade, você deverá identificar escolas, níveis e disciplinas dos estudos linguísticos, reconhecendo conceitos fundantes em cada qual deles.

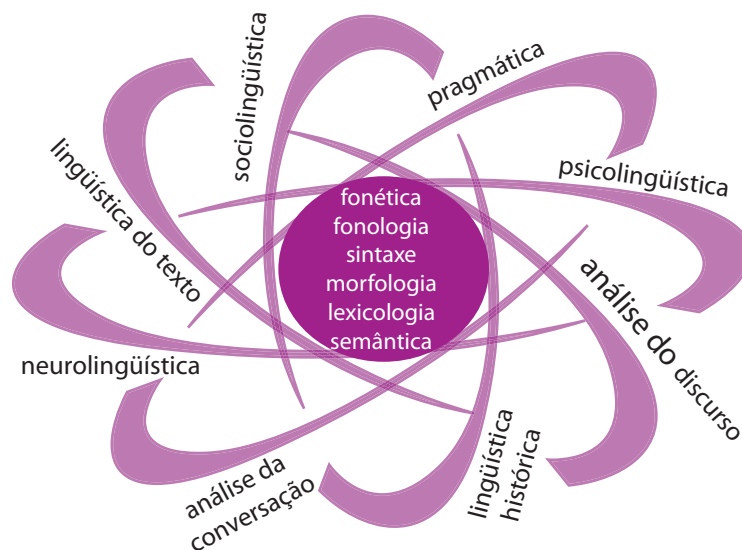
Focalizamos, nas Unidades anteriores, em que consiste a língua(gem) e as implicações das diferentes formas de falar uma língua. Nesta Unidade, vamos particularizar o que chamamos *níveis de análise linguística*. Entendemos como *níveis*, para as finalidades deste estudo, o que Weedwood (2002) chama de *microlinguística*, ou seja, *fonética, fonologia, sintaxe, morfologia, semântica e lexicologia* – este último nível, no entanto, não será trabalhado aqui dada a natureza introdutória do estudo. A autora distingue *microlinguística* daquilo que chama de *macrolinguística* e escreve:

Os termos microlinguística e macrolinguística ainda não se estabeleceram definitivamente [...]. O primeiro se refere a uma visão mais restrita, e o segundo, a uma visão mais ampliada, do escopo da Linguística. Pela visão da microlinguística, as línguas devem ser analisadas em si mesmas e sem referência a sua função social, à maneira como são adquiridas pelas crianças, aos mecanismos psicológicos que subjazem à produção e recepção da fala, à função literária, ou estética ou comunicativa da língua, e assim por diante.

Dentro da microlinguística, então, poderíamos incluir os estudos que se preocupam com a “língua em si”: fonética e fonologia, sintaxe, morfologia, semântica e lexicologia. É comum a referência a essas áreas de estudo como o “núcleo duro” da Linguística.

(WEEDWOOD, 2002, p. 12)

Weedwood (2002, p. 11) apresenta, também, um diagrama que permite a visualização de ambos os campos de estudo, figura registrada a seguir.



(Núcleo: microlinguística; raios: macrolinguística.)

Mas o que essa divisão significa de fato? Optamos por referi-la para que você entenda que estudos introdutórios à Linguística requerem que nos situemos, preliminarmente, no conjunto de enfoques possíveis dentro dessa ciência. Vamos particularizar melhor essa discussão?

É possível estudarmos a Linguística em suas diferentes *escolas* e/ou em seus diferentes *níveis* e/ou em suas diferentes *disciplinas* de estudos. Voltemos ao diagrama que veiculamos anteriormente e que separa os enfoques em *microlinguística* e *macrolinguística*. Nele, podemos perceber que os *níveis de análise linguística* fazem parte da *microlinguística*, enquanto as *disciplinas de estudos linguísticos* fazem parte da *macrolinguística*. Você deve estar pensando: “Mas e as escolas de pensamento linguístico, onde ficam?”

Bom, é preciso que tenhamos consciência de que os *níveis* e as *disciplinas* podem ser estudados à luz das diferentes *escolas*; ou seja, podemos estudar *sintaxe* sob a perspectiva da *Escola Estruturalista*, ou da *Escola Gerativista* ou da *Escola Funcionalista*, por exemplo. O que queremos registrar é que os *níveis* podem ser focalizados segundo as bases teóricas das diferentes *escolas*, que correspondem a concepções específicas sob as

quais o estudo da *língua(gem)* é tomado. Poderíamos referir, aqui, três grandes escolas de pensamento e uma quarta concepção relevante, diretamente relacionada ao *sociologismo* de que tratamos na Unidade A.

- a. *Estruturalismo* – escola de pensamento de base formalista que teve origem em Saussure e que focaliza a estrutura das línguas, em uma dimensão imanente – o estudo interno da língua como sistema;
- b. *Gerativismo* – escola de pensamento de base formalista. O gerativismo fundamenta-se no pensamento racionalista e inscreve-se no modelo cognitivista. Focaliza a *língua(gem)* como uma faculdade mental da espécie humana (RAPOSO, 1992);
- c. *Funcionalismo* – escola de pensamento que estuda as estruturas linguísticas a partir da pragmática, ou seja, do uso contextualizado de *língua(gem)* (NEVES, 1994);
- d. Concepções derivadas de *Bakhtin* – tendência que tem influenciado disciplinas de estudo voltadas para a reflexão da *língua(gem)* como atividade social; visão sociologista a que fizemos alusão na primeira Unidade deste livro.

No que diz respeito aos níveis de análise linguística, com base em Weedwood (2002), estes correspondem ao “núcleo duro” dos estudos linguísticos; a língua estudada em sua imanência estrutural e não em sua função social. São cinco:

- a. *Fonética e fonologia*: focaliza o repertório de sons das línguas, como entidades físico-articulatórias ou como elementos que integram um sistema linguístico determinado (CALLOU; LEITE, 1995);
- b. *Morfologia*: estuda a constituição morfológica das línguas, as unidades que compõem o vocábulo formal e como esse vocábulo pode ser classificado;
- c. *Sintaxe*: estuda as estruturas sintagmáticas das línguas, os constituintes internos das sentenças;

Não nos atermos mais demoradamente a essas concepções tendo em vista não se inscreverem no espectro das escolas de pensamento linguístico.

- d. *Semântica*: estuda a significação das formas linguísticas (MATTOSO, 1970);
- e. *Lexicologia* – estuda as palavras de uma língua em estado de dicionário (MATTOSO, 1970); elenca o vocabulário de uma língua com a significação *básica* das palavras, estudando famílias às quais pertencem esses vocábulos.

O detalhamento de cada um desses níveis constitui o conteúdo da disciplina de Estudos Linguísticos I da segunda fase deste curso.

Esses níveis que constituem a *microlinguística* podem ser abordados segundo os postulados das diferentes escolas de pensamento linguístico. São amplamente difundidos, por exemplo, os estudos de fonologia de base gerativista, ainda que os estudos desse nível tenham se consagrado historicamente sob uma perspectiva seminal estruturalista. Da mesma forma, em se tratando da morfologia, são *clássicos* os estudos estruturalistas de Mattoso Câmara Jr., embora hoje esse nível de análise tenha ganhado projeção em vertentes gerativistas. Já em sintaxe, estudos funcionalistas e gerativistas têm conquistado grande número de adeptos ao longo das últimas décadas. Como podemos observar, níveis podem ser focalizados a partir dos fundamentos das diferentes escolas.

Em se tratando das disciplinas de estudos linguísticos, estas correspondem a áreas que têm recebido reconhecimento sob forma de nomes próprios como *Psicolinguística*, *Sociolinguística*, *Dialetologia*, *Linguística do Texto*, *Análise do Discurso*, *Análise da Conversação* etc. Aqui, incluímos a *Pragmática*, tida por alguns estudiosos como um *nível* de estudo. Preferimos a inclusão da Pragmática dentre as *disciplinas* e não dentre os *níveis* porque ela focaliza fenômenos ligados diretamente ao uso que os falantes fazem da língua e não a questões da estrutura da língua em si mesma. “A pragmática estuda os fatores que regem nossas escolhas linguísticas na interação social e os efeitos de nossas escolhas sobre as outras pessoas”.(WEEDWOOD, 2002, p. 144). Como podemos ver, a Pragmática foge ao estudo das questões da língua em si mesma para se estabelecer na língua em uso. Concordamos com Weedwood, para quem a pragmática “[...] tem de ser vista como algo separado dos ‘ní-

veis’ da língua representados nos modelos linguísticos de análise (nível fonológico, morfológico, sintático, semânticos...) – ela não faz parte da ‘estrutura’ da língua” (WEEDWOOD, 2006, p. 146).

Ainda em relação às disciplinas, importa referir algumas delas, descrevendo, em linhas gerais, seu foco de estudo e discussões.

Disciplinas	Focos de discussão
Sociolinguística, Dialetoлогия e Análise da Conversa	Variacionismo, características e propriedades dos diferentes dialetos e interação face a face, estruturação da linguagem para favorecer a conversação, turnos conversacionais etc.
Psicolinguística	Relações entre cérebro e linguagem, aquisição e desenvolvimento da linguagem, percepção e produção da fala, modelos de processamento, neurofisiologia da linguagem etc.
Análise do Discurso	Formações discursivas; condições de produção, distribuição e consumo de textos; questões de ideologia e poder; construção de identidade etc.
Pragmática	Usos concretos da linguagem, atos de fala, estudos da comunicação etc.
Linguística Textual	Textualidade, estratégias textual-discursivas de construção dos sentidos, formas de articulação textual etc.

Essas são algumas das disciplinas dos estudos linguísticos, possivelmente aquelas com produções científicas mais expressivas na atualidade. Importa, em nossa área, conhecer mais profundamente cada qual delas, o que deverá ser facultado a você em disciplina futura.

Essas *disciplinas*, da mesma forma que os níveis, constroem-se a partir dos postulados das *escolas*. Teóricos de pensamento convergente com as concepções de Bakhtin, por exemplo, têm influenciado significativamente disciplinas como a Análise do Discurso, pela base interacional e dialógica sobre a qual esta se estrutura. Já o pensamento gerativista tem influenciado sobremaneira disciplinas como a Psicolinguística, pela base cognitivista que ela traz consigo. Enfim, podemos inferir que as

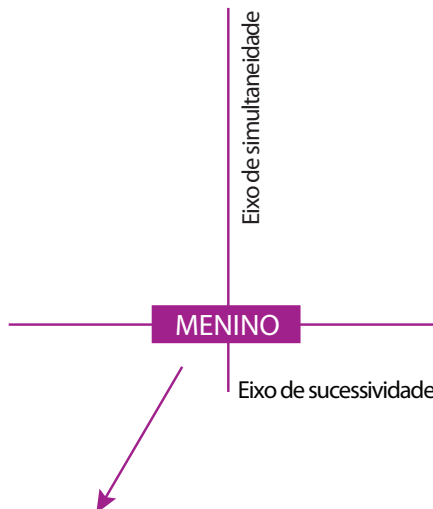
escolas perpassam e/ou englobam os *níveis* e as *disciplinas*, portanto podem inspirar estudos de *microlinguística* ou de *macrolinguística*.

1.1 Considerações gerais sobre o estruturalismo, o gerativismo e o funcionalismo

Nos escritos atribuídos a Saussure, a palavra estrutura registra-se em apenas cinco ocasiões distintas. Estruturalismo é uma designação proposta por seus seguidores.

Ferdinand de Saussure, a quem já aludimos na primeira Unidade deste livro, em seus estudos, trabalhou a organização interna da língua, concebendo a noção de **sistema**, base dos estudos estruturalistas. Devemos, assim, a Saussure a instauração de um objeto – a língua – e de um método – o *estruturalismo*.

A **escola estruturalista** funda-se exatamente sobre o conceito de *sistema*, chamado pelos seguidores de Saussure de *estrutura*, o que traz subjacente a concepção de que o valor dos elementos da língua se estabelece em oposição ao todo de que o elemento faz parte. O que queremos *dizer* é que a classificação de um determinado elemento em um eixo de simultaneidade (o léxico) e/ou em um eixo de sucessividade (o sintagma) dá-se por oposição a outros elementos que poderiam estar em seu lugar. Assim, o valor de um elemento é definido a partir do que os outros elementos não são. Observemos a possível representação a seguir.



A inserção de *menino* em uma classe de palavras e a função que desempenha no sintagma se estabelecem em oposição à classificação e à função de outros elementos com os quais esse elemento se relaciona.

O conceito de valor é de fundamental importância no estruturalismo saussureano. O *estruturalismo*, no entanto, não se limita ao pensamento de Saussure. Refere-se a algumas correntes da Linguística moderna derivadas dos estudos saussureanos e surgidas entre as duas Grandes Guerras: a Escola de Genebra, o Círculo Linguístico de Praga, o Círculo Linguístico de Copenhague, na Europa, e a Escola Mecanicista de Leonard Bloomfield, na América do Norte.

Essas correntes têm em comum a negação do psicologismo lógico dos neogramáticos e **a disposição para descrever as línguas naturais como entidades autônomas**, com base na noção de *estrutura*. Segundo Benveniste (1988), o termo *estrutura* foi empregado pela primeira vez, em Linguística, no 1º Congresso de Filólogos Eslavos (Praga, 1928), numa das teses que tinham dentre os responsáveis os russos Jakobson e Trubtzkoj. **A noção de estrutura, enfim, liga-se à noção de valor, relações no interior de um sistema.** Todas as discussões que fizemos na primeira unidade sobre *linguagem, língua e fala* e sobre *signo* constituem conceitos importantes da escola estruturalista.

Quanto à **escola gerativista**, talvez possamos afirmar que Noam Chomsky e o **Gerativismo** são nomes quase sinônimos, uma vez que essa escola linguística deve-se àquele estudioso norte-americano; foi criada por ele – que ainda se mantém em intensa atividade, em constante releitura de sua própria teoria. Noam Chomsky, sem dúvida, é um dos mais importantes nomes da Linguística do século XX, em razão de ter fundado uma nova escola linguística cujos postulados referem-se à forma como o ser humano, universalmente, adquire uma língua e como o consegue, a partir de uma amostra limitada.

Chomsky alude ao “problema de Platão”, que implica o questionamento acerca de como, diante de uma experiência tão fragmentária do real, o sujeito pode aprender tanto. Em se tratando de linguagem, esse questionamento diz respeito a como a criança, diante de um **input** tão precário (devido à impossibilidade de tomar contato com a integralidade do sistema linguístico de seu idioma), consegue adquirir a gramática final de sua língua.

A fundamentação conceitual da escola gerativista concebe a linguagem como uma faculdade específica da mente humana; assim, estudar a linguagem humana é estudar um aspecto particular das faculdades mentais da espécie. Raposo (1992), sintetizando os postulados do gerativismo, registra que, na perspectiva da escola gerativista, a faculdade da linguagem é resultado de uma complexa interação entre vários sistemas ou módulos autônomos (módulo sintático, módulo morfológico etc.).

Esses conceitos são de significativa relevância também em pesquisas em língua estrangeira.

O conceito de *língua* é central para o gerativismo. A faculdade da linguagem tem como componente fundamental um sistema mental de natureza computacional. Esse sistema implica um conjunto de princípios, dados *a priori* (inatamente) ao sujeito, os quais compõem a Gramática Universal uma vez que são comuns à espécie humana, estando teoricamente subjacentes a todas as línguas do mundo. Em contato com o seu idioma específico, o sujeito, de posse desse conjunto de princípios inatos, adquire os parâmetros de sua língua, ou seja, as propriedades específicas de sua língua materna – trata-se do que se chama “marcação paramétrica”.

O objetivo do gerativismo, ainda segundo Raposo (1992), é caracterizar gramáticas particulares dos indivíduos e caracterizar a Gramática Universal, mapeando suas propriedades inatas, biologicamente determinadas, de natureza especificamente linguística, cuja maturação, em interação com o meio, determina a gramática particular do adulto. A grande conquista do gerativismo parece ser a articulação entre três tipos de estudos linguísticos até então isolados: o estudo das gramáticas das línguas particulares, os estudos comparativos entre as línguas e os estudos da aquisição da linguagem.

O gerativismo caracteriza-se por uma concepção mentalista da linguagem, uma vez que trabalha com um sistema de princípios radicados na mente humana, preocupando-se com o aspecto psicológico da linguagem, destacando-se a aquisição. Essa escola, partindo do entendimento de que os homens possuem um tipo específico de estruturação mental, encara o estudo da linguagem como o estudo de determinadas

propriedades da mente humana. Registra Chomsky (1998, p. 18), lembrando Descartes: “[...] a habilidade de usar signos linguísticos para expressar pensamentos formados livremente marca a verdadeira distinção entre o homem e o animal ou a máquina”.

Raposo (1992) sintetiza o programa de investigação do gerativismo em quatro questões específicas, com especial enfoque para a segunda delas:

- a. Qual é o conteúdo do sistema de conhecimentos do falante de uma determinada língua? O que existe na mente desse falante que lhe permite falar e compreender os enunciados dessa língua?
- b. Como esse sistema de conhecimentos se desenvolve na mente do falante? Que tipo de conhecimento é necessário pressupor que a criança traz *a priori* para aquisição de uma língua particular para explicar o desenvolvimento dessa língua em sua mente?
- c. Como o sistema de conhecimentos adquirido é utilizado pelo falante em situações discursivas concretas?
- d. Quais são os sistemas físicos do cérebro do falante que servem de base ao sistema de conhecimentos linguísticos?

Resumindo, o gerativismo procura responder a essas questões através do desenvolvimento de um modelo, que concebe a gramática como um sistema computacional e que busca representar o sistema de conhecimentos particular do falante, explicitando suas intuições sobre as expressões linguísticas admitidas ou não na língua. Para tanto, a escola gerativista defende a existência de uma gramática interiorizada pelo falante, formada por princípios e parâmetros, que atua de forma computacional sobre um possível dicionário mental, constituindo representações formadas por combinações categorizadas das formas linguísticas (RAPOSO, 1982).

Os conceitos de *competência* e *performance* são cruciais para o gerativismo. A *competência* é o conhecimento mental puro de uma língua parti-

Ainda que esses conceitos remetam aos conceitos de **língua e fala** de Saussure, vale, aqui, a disposição de **olhar** verticalmente as escolas, sem comparações entre elas, dada sua autonomia conceitual.

cular, a gramática interiorizada de um sujeito falante. A *performance*, por sua vez, é o uso concreto da língua em situações de fala. Para Chomsky, segundo Raposo (1992), há fatores intervenientes na *performance*, “erros” de competência provocados pela atenção ou memória, mudanças de plano discursivo, hesitações ou gaguejos, atos de fala etc. O estudo da competência como puro sistema de conhecimento mental implica, no entanto, abstração das diversas variáveis em jogo nos atos de fala concretos, ou seja, implica aceitação de um *falante-ouvinte ideal*, situado em uma comunidade linguística homogênea, falante que conhece sua língua perfeitamente e que, ao aplicar o conhecimento da língua em uma *performance* efetiva, não é afetado por condições gramaticalmente irrelevantes.

Com relação à realização física do sistema da competência, vale considerar que a língua, como sistema mental, tem necessariamente suporte material no cérebro. O gerativismo, segundo Raposo (1992), distingue *mente e cérebro*: a mente é o conjunto das propriedades abstratas dos sistemas físicos do cérebro, e a compreensão dessas propriedades passa necessariamente pelo uso de conceitos independentemente dos mecanismos materiais postulados ao nível do cérebro. O gerativismo inscreve-se em uma vertente racionalista que concebe mente e cérebro sob uma perspectiva dualista – mente é distinta de cérebro, o que justifica, em grande medida, a ausência de uma preocupação em situar fisiologicamente, no cérebro, os processos cognitivos implicados no uso da língua.

No que diz respeito à Escola Funcionalista, que estuda as estruturas linguísticas a partir da pragmática, fundamenta-se **nas funções que as formas linguísticas desempenham nos diferentes contextos sociais, focalizando o modo como as pessoas usam a língua** (NEVES, 1994). Refletir sobre o que seja o funcionalismo remete, **portanto**, à concepção de *funções* da linguagem, as quais foram discutidas, inicialmente, por Bühler, detalhadas por Jakobson e ampliadas por Halliday. Nesse estudo, importa **a combinação entre léxico e estruturas sintáticas na língua em uso**.

De acordo com Halliday (1994), atualmente tido como um dos principais proponentes do funcionalismo, essa escola de pensamento baseia-se fundamentalmente no entendimento de que é o uso de *língua(gem)* que dá forma e significado ao sistema linguístico. Todo texto sob essa concepção teórica, tudo o que é dito ou escrito e é provido de significado, emerge a partir de um contexto de uso, e a forma como é organizado, o uso de *língua(gem)* é funcional na medida em que serve aos propósitos (dos interlocutores) em um dado contexto.

Os elementos linguísticos que compõem o texto são, assim, explicados com referência à *função* que exercem no sistema linguístico. Esse sistema, por sua vez, organiza-se em torno de dois componentes de significados, quais sejam o *ideacional* e o *interpessoal*. Também chamados de *metafunções*, tais componentes são as manifestações no sistema linguístico dos dois propósitos que subjazem a todo uso de *língua(gem)*: a representação da realidade, nossos pensamentos, nosso conhecimento de mundo (ideacional), e a ação sobre o outro por meio desse uso de *língua(gem)* a partir das interações e das relações que estabelecemos, da influência que sofremos e/ou causamos.

Halliday (1994) incorpora, ainda, às metafunções já citadas uma terceira função – a função textual –, a qual, segundo o autor, oferece relevância às anteriores, uma vez que se relaciona à organização dos textos que produzimos ou consumimos diariamente, por meio dos quais pensamos e agimos. O funcionalismo, em sua orientação social, dessa forma, opõe-se radicalmente à escola gerativista, de orientação inatista.

Qualquer abordagem funcionalista de uma língua natural, na verdade, tem como questão básica de interesse a verificação de como se obtém a comunicação com essa língua, isto é, verificação de como os usuários dessa língua se comunicam eficientemente. Em princípio se poderia dizer, pois, que o que o tratamento funcionalista de uma língua natural põe sob exame é a competência comunicativa.

(NEVES, 1994, p. 2).

O funcionalismo opõe-se, também, ao estruturalismo por atribuir-lhe uma interpretação da *língua(gem)* como um sistema de significados acompanhados de estruturas às quais esses significados são *atachados*. Para o funcionalismo, inerentemente a essa orientação, explicita-se o entendimento de que a escolha é um elemento intrínseco do potencial da *língua(gem)*. Para a vertente funcionalista, o fato de o usuário fazer uma escolha (consciente ou não) a partir de um sistema linguístico exige que sejam consideradas implicações dessa mesma escolha, tendo presente o que e como as pessoas efetivamente dizem ou escrevem, frente ao leque de possibilidades, o que e como poderia ter sido dito ou escrito.

Em suma, a base do funcionalismo, efetivamente, é a interação, o contexto, o significado, enfim o uso da *língua(gem)*. Esse uso determina a mudança, tanto quanto determina a gramática. “A pluralidade funcional se constrói claramente na estrutura linguística e forma a base de sua organização semântica e sintática, ou seja, lexical e gramatical”. (NEVES, 1994, p. 111).

Cada qual das escolas de pensamento linguístico atém-se a um conjunto de postulados teóricos e epistemológicos que você poderá conhecer melhor ao longo do curso, assim como lhe será facultado apropriar-se de conhecimentos mais significativos sobre os níveis e as disciplinas de nosso campo de estudos. Desejamos que sua curiosidade seja crescente em relação a essas questões porque elas focalizam aspectos essenciais da linguagem que, na condição de profissionais de Letras, interessam-nos sobremaneira.

Considerações finais da Unidade

Nesta Unidade C, apresentamos, pontualmente, os níveis de análise linguística, as escolas de pensamento linguístico e algumas das disciplinas desse campo de estudos. Nosso objetivo foi tão somente introduzir

você no contexto dessa discussão, que constitui foco da ementa de outra disciplina de seu curso. Com esse breve registro, esperamos ter despertado sua curiosidade em relação ao “mapa” dos conhecimentos linguísticos – caminhar por seus diferentes meandros é atividade fascinante, cheia de descobertas em potencial.

Nosso estudo sobre essas questões, porém, não terminou ainda. Contamos com seu interesse e atenção na complementação das discussões atinentes a esta Unidade.

Bibliografia comentada

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à linguística*: domínios e fronteiras. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2006. v. 1.

_____. *Introdução à linguística*: domínios e fronteiras. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2006. v. 2.

Nos dois volumes – 1 e 2 – dessas obras, as autoras reúnem textos de vários linguistas sobre os níveis e as disciplinas de estudo. Trata-se de uma coleção (incluindo o volume 3 referido na Unidade A) que você deve ter em sua biblioteca porque são obras que se revelarão importantes ao longo de todo o Curso de Letras. É um investimento que vale ser feito.

Considerações Finais

Estudamos, ao longo deste livro, conceitos de língua e linguagem e características da linguagem humana, refletindo sobre a complexidade da linguagem como objeto de estudo. Tratamos, também, de prescrição e descrição no âmbito da gramática normativa e da linguística como ciência e focalizamos relações entre língua e sociedade, incluindo discussões sobre norma culta e variação linguística, bem como registramos uma breve alusão aos níveis da análise linguística (fonética, fonologia, morfologia, sintaxe, semântica, pragmática), às escolas de pensamento e às disciplinas desse campo do conhecimento humano.

Com o conteúdo registrado ao longo deste texto escrito, esperamos ter facultado a você uma efetiva introdução aos estudos da linguagem de modo a contagiá-lo(a) com a empatia que nutrimos por esse campo de discussão científica. Esperamos, também, ter suscitado em você a curiosidade por ampliar os conhecimentos dos quais pôde se apropriar ao longo deste percurso, a fim de consolidar, de modo mais efetivo, um conjunto de saberes básicos sobre a linguagem, em sua dimensão formal e conceitual e no uso social a que se presta.

Você seguramente pôde perceber que há correntes distintas de pensamento em nossa área de estudos – tanto quanto na maioria das demais áreas. Polêmicas, contraposições, embates de ideias revelam diferentes posicionamentos conceituais e epistemológicos, fundados, em grande medida, quer em posições mais formalistas ou mais sociologistas, ancoradas em olhares que ora privilegiam a imanência da língua ora privilegiam seu uso social. De todo modo, trata-se de um universo fascinante, quer pela riqueza que traz em si quer pelos debates que faz emergir.

Colocamo-nos, enfim, a sua disposição para esclarecimento de dúvidas e interação sobre os temas abordados ao longo da disciplina, na expectativa de que você tenha de fato apreciado tê-la cursado em nossa companhia.

As Autoras

Referências

- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 2003.
- _____. **A língua de Eulália**. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1929/2002.
- BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas: Pontes, 1988.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna: a Sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2004.
- BOUQUET, S. **Introdução à leitura de Saussure**. São Paulo: Cultrix, 2000.
- CALLOU, D.; LEITE, Y. **Iniciação à Fonética e à Fonologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: JZE, 1995.
- CALVET, L. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola, 2002.
- CAMACHO, R. G. Sociolinguística. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.) **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2006, p. 49-76. v. 2.
- CARVALHO, J. G. H. **Teoria da linguagem**. Coimbra: Atlântida, 1973.
- CHOMSKY, Noam. **Linguagem e mente**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.
- HALLIDAY, M.A.K. **An introduction to functional grammar**. 2th. ed. London: Arnold, 1994.
- KATO, M. A. **No mundo da escrita**. Uma perspectiva psicolinguística. São Paulo: Ática, 1986.
- KOHL DE OLIVEIRA, M. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico**. 4ª ed. São Paulo: Scipione, 2001.
- LABOV, W. **Sociolinguistics patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- LE PAGE, R. B.; KÉLLER, A.T. **Acts of identify**. Cambridge/New York: University Press, 1985.
- LOPES, E. **Fundamentos da Linguística contemporânea**. 19ª ed. São Paulo: Cultrix, 2000.
- LYONS, John. **Lingua(gem) e linguística**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MAURO, T. **Notas ao Curso de Linguística geral**. Tradução de Francisco Settinieri, 2001. Mimeografado.
- MATTOSO CÂMARA JÚNIOR, J. **Estrutura da língua portuguesa**. Petrópolis / Rio de Janeiro: Vozes, 1970.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.) **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2006. v. 1.

_____; _____. **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2006. v. 2.

_____; _____. **Introdução à linguística**: fundamentos epistemológicos. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005. v. 3.

NEVES, M. H. M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

ORLANDI, E. P. **O que é Linguística**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RAPOSO, E. **Teoria da gramática**: a faculdade da linguagem. Lisboa: Editorial Caminho, 1992.

_____. **A Construção “União de Orações” na Gramática do Português**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1982. Dissertação de Doutorado.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. 22ª ed. São Paulo: Cultrix, 1916/2000.

SCLIAR-CABRAL, L. **Princípios do sistema alfabético**. São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, M. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 1986.

VYGOSTKY, L. S. **A formação social da mente**. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1956/2000.

_____. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1962/1998.

WEEDWOOD, B. **História concisa da Linguística**. São Paulo: Parábola, 2002.

ZILLES, A. M. S. **Algumas características do português do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 1999. Mimeografado.

ZILLES, A. M. S. (Org.) **Estudos de variação linguística no Brasil e no Cone Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

